

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 15-5-2017.

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Márcio Bins Ely e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 285/16 (Processo nº 2795/16), de autoria de Márcio Bins Ely. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Alan Carlos Dias da Silva, Secretário de Organização e Administração da Associação Quilombo Sociocultural Afrobrasileiro Liga Independente das Entidades Carnavalescas do Rio Grande do Sul – LIERGS –, que discorreu sobre propagação e avanços da cultura popular. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Tarciso Flecha Negra, João Bosco Vaz, Adeli Sell, Airto Ferronato e Reginaldo Pujol manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e oito minutos às quatorze horas e quarenta e nove minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Paulo Brum, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em continuidade, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do Requerimento nº 092/17 (Processo nº 1146/17), de autoria da Mesa Diretora, a assinalar o transcurso do Dia do Gari. Compuseram a Mesa: Paulo Brum e Cláudio Janta, presidindo os trabalhos; Ramiro Rosário e César Hoffman, respectivamente Secretário e Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos; e Álvaro de Azevedo, Diretor-Geral do Departamento Municipal de Limpeza Urbana. A seguir, o Presidente concedeu a palavra a Álvaro de Azevedo, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se André Carús, Adeli Sell, este em tempo cedido por Marcelo Sgarbossa, Fernanda Melchionna, esta em tempo cedido por Roberto Robaina, Tarciso Flecha Negra, este em tempo cedido por Mauro Zacher, e Idenir Cecchim. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Moisés Maluco do Bem, Paulinho Motorista e Professor Wambert. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quarenta e nove minutos às quinze horas e cinquenta minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Mônica Leal. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Matheus Ayres e Mauro Pinheiro. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Sofia Cavedon. Em seguida, nos termos

do artigo 94, § 1º, alínea “g”, do Regimento, o Presidente concedeu TEMPO ESPECIAL a Valter Nagelstein, que relatou sua participação, em Representação Externa deste Legislativo, do dia vinte e quatro ao dia vinte e oito de abril do corrente, no IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, em Brasília – DF. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga, Aldacir Oliboni, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, Dr. Thiago, Mauro Pinheiro e Cláudio Janta. Às dezessete horas e dezoito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foram aprovados Requerimentos de autoria de João Bosco Vaz e Aldacir Oliboni, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 035/17 e 238/14 (Processos nºs 0465/17 e 2586/14, respectivamente). A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Carlos Nedel, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Após, foram apregoadas as seguintes Emendas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 035/17 (Processo nº 0465/17): nº 03, assinada por Felipe Camozzato; nº 04, assinada por Mauro Pinheiro; e nº 05, assinada por Felipe Camozzato e Moisés Maluco do Bem. Também, foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por André Carús e Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/10 (Processo nº 2594/10). Ainda, foi apregoado o Ofício nº 774/17, do Prefeito, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 211/11 (Processo nº 3827/11). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 231/16 (Processo nº 2358/16), por vinte e nove votos SIM, após ser encaminhado à votação por Adeli Sell, Luciano Marcantônio, Reginaldo Pujol, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Comandante Nádia, Cassiá Carpes, Tarciso Flecha Negra, Mauro Pinheiro, Professor Wambert e Dr. Thiago, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Na ocasião, foi apregoado Requerimento de autoria de André Carús e Idenir Cecchim, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/10. Ainda, foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por André Carús e Idenir Cecchim, à Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/10. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 031/17 (Processo nº 0396/17). Às dezessete horas e cinquenta e sete minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Valter Nagelstein, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 260/16, o Projeto de Lei do Executivo nº 005/17 e o Projeto de Resolução nº 013/17; em 2ª Sessão, o Projeto de Resolução nº 024/17. Durante a Sessão, Tarciso Flecha Negra, Idenir Cecchim e Valter Nagelstein manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Duda Keller, vereador da Câmara

Municipal de Cachoeirinha – RS –, de Fernanda Garcia, vereadora da Câmara Municipal de Guaíba – RS –, e de Beatriz Zamarchi Luchezi, Prefeita de Ibiraiaras – RS. Às dezessete horas cinquenta e oito minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Paulo Brum e Cláudio Janta e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR.

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Quilombo Sociocultural Afrobrasileiro Liga Independente das Entidades Carnavalescas do Rio Grande do Sul – LIERGS, que tratará de assunto relativo à propagação e avanços da cultura popular. O Sr. Alan Carlos Dias da Silva, secretário de Organização e Administração, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. ALAN CARLOS DIAS DA SILVA: Ao Exmo. Sr. Presidente do Legislativo Municipal, a todos os nobres Vereadores aqui presentes, a todo público em geral que participa deste pequeno evento que a LIERGS traz aqui para vocês, queria dar o meu boa tarde, queria dar um abraço em vocês todos. Dizer que a LIERGS, um quilombo sociocultural afro-brasileiro, assim se designa como um quilombo por conta da tradição libertária que o povo sempre teve desde o processo de acumulação de capital, que foi a escravatura. Nós, principalmente, proletários, das classes trabalhadoras, que construímos esta Nação, negros, a maioria absoluta do povo brasileiro, temos que encaminhar questões fundamentais para a manutenção e expansão da nossa cultura. Sei das dificuldades e sabemos das que existem aqui neste Estado, principalmente nesta Cidade em que nós enfrentamos, anualmente, imensas dificuldades em se conseguir construir um mínimo espetáculo. E aí ouvimos o rádio, vemos na TV e fazem comparações bizarras; uma mídia que faz comparações bizarras entre o nosso carnaval e o carnaval, principalmente e especialmente, do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é uma cidade sem preconceitos; o Rio de Janeiro é uma cidade carnavalesca. Uruguaiana também é. As socialites de Uruguaiana vestem as camisetas das escolas de samba e desfilam no calçadão daquela cidade, nós presenciamos isso, mas em Porto Alegre, não! Em Porto Alegre nós temos uma dificuldade tão grande, tão imensa de nos colocarmos como agentes sociais, agentes sociais e econômicos. O agente social é o que trabalha com a periferia; nós trabalhamos quase que exclusivamente com jovens de periferia, com setores de altíssima vulnerabilidade social e econômica, mas a nossa sociedade, que possui condições de contribuir, não vê, não enxerga – nós somos invisíveis! Nós só somos visíveis três dias no ano; agora dois, e neste ano nenhum. E neste ano nenhum dia sabem por quê? Porque nós temos uma Lei do Carnaval nº 6619/90, que determina que o Poder Público, o Executivo Municipal, melhor dizendo,

tenha como obrigação colocar a infraestrutura, inclusive a ornamentação na avenida para os desfiles de carnaval. Mas não sobrou; é quando sobra! O carnaval de Porto Alegre não recebeu um centavo! E vocês acham que isso não tem repercussão? Vocês entendem que essas comunidades, que são a base social maior e mais prejudicada desta Cidade, ela não sabe que isso está acontecendo? Vocês não sabem politicamente o que isso significa para nós e para vocês todos, de todos os partidos? Eu não ouvi um “aí”, gente! Até hoje eu não vi ninguém subir aqui – desculpa se não vi e subiu – protestando por isso. Eu não consigo visualizar, ainda, um orçamento aprovado por esta Câmara de Vereadores, em 21 de dezembro do ano passado, em que estava prevista verba para isso. Mas este mesmo Legislativo não se impõe, não fiscaliza o Executivo, que não executa!

Senhores, nós temos enormes demandas, as principais são a conclusão do nosso sambódromo. O nosso sambódromo, em 2004, nos foi entregue com a metade dele concluído no Governo de um cidadão já falecido, João Verle. A partir daí tivemos três ou quatro promessas de conclusão do sambódromo, e até hoje lá está. Não é Ver. Pujol? O senhor participa do carnaval. O Ver. João Bosco Vaz também participa do carnaval ativamente. Então, o que acontece? Por que isso não se concretiza? Mas mandaram nós buscar dinheiro na iniciativa privada! Mas quem dá dinheiro neste mundo, gente?! Isso não existe! Sem isenção fiscal, não existe para patrocinar carnaval. Carnaval é cultura, nós aprendemos a nossa história, a nossa vida. Nós, negros, que fomos sequestrados lá da África, trazidos para cá, e no infame dia 13 de maio de 1888 – que é infame sim! – nos atiraram nos morros, porque não dava nem para cultivar nada, mas lá era o nosso lugar, e lá nasceu a favela. O negro é visto dentro da sociedade, principalmente dentro do carnaval, com os olhos da censura. Nós não podemos continuar admitindo isso no nosso Município. Nós temos que concluir o nosso sambódromo. Nós temos que dar titulação das quadras das nossas escolas de samba, que são cedências há mais de 50 anos.

O Plano Diretor está aí, nós vamos para conferência da Cidade, e nós queremos isso. Nós queremos uma rubrica específica, porque, se a lei não basta para cumprir, vocês, meus Vereadores, vão construir conosco uma rubrica específica: cultura popular carnaval, e nós vamos colocar os valores necessários para fazer aquelas arquibancadas – pelo amor de Deus, 13 anos! Nós vamos ter o dinheiro, sim, para comprar nossos atabaques, os nossos equipamentos que estão caindo aos pedaços – todo mundo sabe disso. Nós vamos orçar a revitalização dos nossos espaços culturais todos. Nós não podemos continuar sendo a parte invisível da sociedade – nós não vamos continuar. Aviso a quem não entendeu ainda: a LIERGS – Associação Quilombo Sociocultural Afrobrasileiro Liga Independente das Entidades Carnavalescas do Rio Grande do Sul, não nasceu para dizer sim, senhor. Nós somos um quilombo real, com negros, brancos, de livre orientação sexual, com a cidadania plena que todos desejarem dentro dos princípios basilares, que estão muito afastados de nós, estão fugindo da nossa população, principalmente esse setor que nós trabalhamos, nós precisamos desse setor como ele precisa de nós. A violência é resultado dessa miséria ensandecida de crise em cima de crise e mais crise que o sistema econômico nos impõe. Esse sistema econômico, como está colocado aí, é só crise. Nós sabemos que teremos vocês como

parceiros, nós queremos vocês como parceiros, mas nós não queremos uma parceria para arrumar dinheirinho; é para produzir política social, é para produzir cidadania, é para que nós cheguemos no momento exato e todos juntos. A Câmara de Vereadores de Porto Alegre, na presidência do Ver. Cassio Trogildo, com o conjunto de Vereadores de Porto Alegre, construiu, sim, uma importante obra de resgate da cultura popular, da nossa religiosidade, que está imbricada com a nossa cultura: batuqueiros, trabalhadores do candomblé, negros vindos da África, nós, que construímos este País. Nós queremos dizer que não somos melhores nem piores que ninguém. Nós queremos sair da invisibilidade, nós queremos fazer com que esta sociedade seja a nossa parceira, nossa amiga, nossa companheira, que nos resgate, que resgate essas crianças que estão indo para a mão do tráfico, para a mão do que menos presta neste mundo. Um grande abraço para vocês. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos para compor a Mesa o Sr. Alan Carlos Dias da Silva. Registro a presença do Ver. Duda Keller, do PRB de Cachoeirinha. Seja muito bem-vindo, tenha uma boa estada conosco nesta tarde.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Sr. Alan. Quero aqui dizer da minha luta, estou entrando no nono ano de mandato, e, no meu primeiro ano – só para ter uma ideia –, iam terminar com a Semana da Consciência Negra, aqui, na Câmara de Vereadores. Eu era da Mesa, na presidência de Sebastião Melo, e eu falei que, com a minha entrada, do negro, se vocês terminarem com a Semana da Consciência Negra, vocês estarão querendo me derrubar mesmo – e a Semana da Consciência Negra se manteve. Dois anos depois, eu fiz um projeto de lei “Museu do Negro”, em Porto Alegre. Eu não posso adentrar muito sobre o negro em Porto Alegre porque a minha raiz afro é mineira, mas, com o pouquinho que eu li, com o pouquinho que conversei, pude ver que coisas maravilhosas o negro fez em Porto Alegre, no Rio Grane do Sul. Conversando com o pessoal que foi muito amigo de Lupicínio, Seu Johnson, muitas pessoas, lideranças da raça, eu pude ver tudo de bom que foi feito pelos nossos antepassados aqui no Rio Grande do Sul. É uma luta muito grande. Há seis anos, eu e o Ver. Pujol vamos ao Porto Seco antes do carnaval. O meu sonho foi sempre que aquele espaço ganhasse espaço quando terminasse o carnaval, uma vida maravilhosa, como é no Rio de Janeiro, que ali tivesse colégio, que ali tivesse uma praça esportiva para as crianças. Vejam a comunidade em torno do Porto Seco, do carnaval. É enorme! E a gente sabe do esforço de todo o pessoal do carnaval, na luta desse pessoal. É claro que muita gente encara o carnaval com duração apenas de quatro dias, do bater, do cantar. Não. Nós temos que inteirar que isso é uma cultura. No momento em que começarmos a olhar bem lá na frente, vamos ver que aquilo ali pode ter uma melhora maravilhosa, que vai dar sustentabilidade à

nossa cultura, também empregos e tudo aquilo eu tu disseste há pouco, Ver. Adeli Sell. As nossas crianças vão se formar cidadãos! Simplesmente isso. É tão simples, Adeli, não é um gasto exorbitante que o Estado ou o Município não tenham condições de fazer. Vai ser uma obra que ficará para todo o sempre, uma obra que vai trazer muitos benefícios à cidade de Porto Alegre.

Eu venho pedindo, pedindo, pedindo o Museu do Negro, peço também ali no Porto Seco, que seja uma obra definitiva ali, as arquibancadas, que tenha colégio, que tenha uma área especial para quadras poliesportivas, para as crianças, locais para oficinas...

Gente, o negro tem na alma e na sua cultura coisas maravilhosas! Todos sabem que nossos antepassados vieram à força para cá. Concordo contigo sobre o dia 13 de maio, porque eu chamo aquilo de uma carta falsa. E foi mesmo, porque, no momento em que nos deram a liberdade, tinham que ter nos dado educação. Não podiam nos ter jogado nos morros. E nós não tínhamos direito à educação. O negro ficou à margem, o negro era marginal, o negro era ladrão, o negro não era trabalhador. Esse era o pensamento de muitos, mas parem para ver, rodem este País, rodem esta Cidade, rodem este Estado, que vocês vão ver que o negro foi um trabalhador, que o negro ajudou a construir este País. E nós, hoje...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Paulo Brum; Alan, companheiro de caminhada, te referistes ali a que não tinhas visto nunca a Câmara fazer nada porque tem uma lei que institucionalizou o carnaval. É verdade. Esta lei do Dilamar Machado continua valendo. O que aconteceu - e a Câmara não tem nada a ver com isso - é que o Sr. Juarez Gutierrez, da Liga Independente das Escolas de Samba de Porto Alegre, faltando 30 dias para o carnaval, foi ao Ministério Público, com a Procuradoria do Município, assinou um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, dizendo que a partir deste carnaval a Liga era responsável totalmente, ou seja, em vez de ir à Justiça para fazer cumprir a lei, a Liga foi à Justiça para dizer que a Prefeitura não tem nada a ver com o carnaval. Eu queria explicar isso, porque parece que a Câmara nada fez. Não, a entidade carnavalesca é que foi lá e abriu mão. O certo era ter ido à Justiça fazer cumprir a lei que está em vigor.

Em relação ao Porto Seco, eu quero lembrar – porque eu fui o relator da matéria, quando o João Verle era o Prefeito – que nós autorizamos a venda das ações que a Prefeitura tinha da Petrobras. Na época, em 2002, foram arrecadados R\$ 23

milhões. O Ver. Adeli está aqui e vai confirmar. O Governo da época só colocou R\$ 15 milhões nos barracões. Com esses R\$ 23 milhões, dava para fazer por inteiro o sambódromo, mas, por necessidade de caixa para pagar os salários, R\$ 10 milhões foram para pagá-los, e eu não sou contra. As pessoas precisam trabalhar e receber. E aí o João Verle fez o que pôde, seis ou sete barracões, e os outros barracões foram feitos pelo então Prefeito José Fogaça. Espero ter esclarecido o amigo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em nome da nossa bancada, meu caro Alan, vou na linha do Ver. João Bosco Vaz. Já se vão 16 anos e nunca veio uma entidade aqui na Câmara, nestes últimos anos, para cobrar a questão da legislação e muito menos para fazer um grande movimento como nós começamos fazer no início deste ano, quando nós vimos o carnaval sucumbindo. Eu escrevi um artigo “Vai ter carnava?”, e teve carnaval, porque carnaval não é só escola de samba, carnaval não é só sambódromo, carnaval não é só Porto Seco; carnaval é rua, é clube, é uma junção da cultura popular.

O Bosco já colocou: quem fez o acordo com o Ministério Público, equivocadamente, não fomos nós – não fomos chamados para esse debate. Nós podíamos ter nos mobilizado. Não fomos procurados. Nós que interferimos. Eu escrevi, eu disse e venho dizendo: agora nós temos que começar a organizar reuniões em que os senhores e as senhoras que são de entidades ligadas ao Carnaval nos convidem para debater, porque nós vamos juntar forças para terminar os barracões, para que lá haja atividades nos 365 dias do ano. A ganância que nós já tivemos nesses anos daria para construir três sambódromos. Então, temos que nos unir e acho que o momento é este. Se não fizermos assim, não iremos a lugar algum. Para concluir, se o carnaval foi para o Porto Seco, não foi por culpa nossa, porque a gente achava que era possível gastar menos aqui na Av. Augusto de Carvalho ou lá, ao lado do Gigante. Então, tem preconceito? De monte! Da nossa parte, nenhum! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Falo aqui em meu nome e falo também em nome do Ver. Paulinho Motorista, em nome do meu Partido, PSD. Quero dizer da importância da sua presença aqui, seja bem-vindo à nossa Câmara, e concordo com os meus antecessores: há muitos

anos não vinha nenhuma autoridade do carnaval conversar conosco. Foi interessante o tema e muito boa a sua presença, e aproveito para saudar a sua presença.

Estou aqui desde 1989, quase 30 anos, saí e voltei, e em todos os anos eu acho que faltei a dois ou três carnavais; fui a quase todos! Não sou, até porque tenho alguns problemas de saúde, de participar das escolas de samba, mas estou sempre no sambódromo e sempre dizendo da importância do carnaval. E tenho acompanhado o crescimento do carnaval de Porto Alegre, a beleza do carnaval em Porto Alegre e o entusiasmo daqueles que fazem o carnaval, muito especialmente o povo negro, que está ali na linha de frente. E, até por minha especialização, dos últimos cinco anos, asseguro que por quatro vezes fui o relator-geral do Orçamento e nunca recebi nenhuma visita do pessoal carnavalesco para dizer: “Vamos inserir uma verba.” Portanto, estamos juntos nessa sua preocupação de colocar verba e também estamos juntos na luta pela conclusão do nosso espaço do sambódromo para o carnaval. Porque, na verdade, concordo com o que aqui foi dito: a Prefeitura de Porto Alegre já teria concluído uma ou duas vezes se já não tivesse jogado tanto dinheiro na construção ano a ano. Um abraço e aqui estamos às ordens. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Presidente e meu caro Alan Carlos Dias da Silva, aqui na dupla condição de representante da Associação Quilombo Sociocultural Afrobrasileiro e da Liga Independente das Entidades Carnavalescas do Rio Grande do Sul – LIERGS. Não confundir com a LIESPA. Eu acho que as manifestações que ocorreram tornam quase desnecessário qualquer comentário de Vereadores, na medida em que ambos os temas, justificativas da sua vinda, já foram extremamente bem abordados, primeiro, pelo grande representante que a comunidade negra tem nesta Casa, o excepcional Ver. José Tarciso de Souza, que é incansável na sua luta consequente e permanente; e segundo, pelo Ver. Bosco, velho militante da vida do carnaval de Porto Alegre, conhecedor de todos os ângulos, das coisas que vão e que vêm. Às vezes é muito simples dizer: “olha, os Vereadores não fazem nada”. Honestamente, eu quero dizer que eu acho que o Vereador tem feito tudo, às vezes até o que não deve, no sentido de prestigiar o carnaval. Não há dúvida nenhuma de que o País se encontra envolvido em uma crise econômica muito forte, sem precedentes na história recente, e que isso contaminou o Estado, que já vinha mal, e repercutiu em Porto Alegre. Certamente justificou aqueles atos que o Ver. Bosco repetiu, e eu quero fazer justiça aqui e dizer que o Juarez é um grande Presidente da Liga, grande batalhador, assumiu um pepino muito forte, matou no peito e fez o carnaval, enfrentando todas as dificuldades possíveis. E acho que nós não podemos mais ficar atirando pedra uns nos outros, nós temos que nos juntar todos e fazer sobreviver essa cultura popular. E eu sei que tem garra, tem entusiasmo, tem disposição, as dificuldades deste ano estão aí para

demonstrar ao tempo que nós vamos cobrar a conclusão do Sambódromo. Ninguém pediu para colocar o Sambódromo no lugar onde ele está colocado. São propostas que vieram para a Prefeitura, nós tínhamos que decidir entre uma, duas ou três alternativas. Anualmente era protesto em cima de protesto em função da realização do carnaval aqui colado à Câmara, próximo da Cidade Baixa, que era o local tradicional do carnaval.

Então acho que a luta é muito pesada, muito forte, mas não dá para desistir. Continuo com a minha posição: mais do que defender o sambódromo, defendo o carnaval descentralizado, o carnaval popular na melhor das essências, que, infelizmente, até mesmo no governo que eu defendi, que era líder, Governo do Fortunati, também ali não foi considerado. De qualquer forma, essa caixa de ressonância, que é a Câmara de Vereadores, não foi plantando em terra estéril que o senhor esteve, aqui nós sabemos reagir a favor das boas causas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Presidente, no momento da minha fala, esqueci de citar o Sr. Alan Carlos Dias da Silva, Secretário de Organização e Administração da LIERGS. Desculpe e conte conosco. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Registro a presença da Ver.^a Fernanda Garcia, do PTB de Guaíba. Seja bem-vinda, Vereadora.

Encerramos a Tribuna Popular, agradecendo a presença do Sr. Alan Carlos Dias da Silva, Secretário de Organização e Administração da LIERGS. Suspendemos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h48min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum – às 14h49min): Estão reabertos os trabalhos. Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia do Gari, nos termos do Requerimento nº 092/17, de autoria da Mesa Diretora. Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Ramiro Rosário, Secretário Municipal de Serviços Urbanos, e o Sr. Álvaro de Azevedo, Diretor-Geral do DMLU. Registramos também a presença do Sr. César Hoffmann, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

O Sr. Álvaro de Azevedo, Diretor-Geral do DMLU, está com a palavra.

O SR. ÁLVARO DE AZEVEDO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; Exmo. Sr. Ramiro Rosário, Secretário da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos; ao cumprimentá-los, saúdo os demais presentes, em especial os garis que acompanham esta Sessão.

Amanhã, 16 de maio, é o Dia do Gari. A História conta que a origem do nome vem do século XIX, quando o empresário francês, Pedro Aleixo Gari, foi contratado pelo Governo Imperial para cuidar da limpeza da cidade do Rio de Janeiro. Assim, quando a população via alguma sujeira nas ruas, logo falava para chamar os homens de Gari. Lamentavelmente, esse profissional é considerado quase invisível por pessoas que não valorizam quem exerce tarefas que parecem simples. Quase sempre chamado de lixeiro, geralmente só é percebido na hora de retirar todos os tipos de resíduos que a população joga nas ruas. Por esse motivo, é importante registrar a data com o objetivo de se fazer a seguinte reflexão: quem é de fato responsável pelo lixo? Imaginemos um dia sem que tenhamos a coleta de resíduos em nossa rua. Como seria, principalmente, quando sabemos que muita gente insiste em descartar o lixo nos dias em que não há o serviço de recolhimento? Pensemos como ficariam os nossos parques logo após uma grande festa, se os garis não entrassem em ação logo em seguida? Todos nós somos responsáveis pelo lixo gerado, mas são eles, os garis, profissionais que, com o seu trabalho, ajudam a manter a limpeza da cidade, o ambiente melhor e mais preservado. Devemos lembrar dos garis todos os dias, não somente quando a coleta atrasa, quando a varrição não acontece no dia que achávamos que ocorreria, quando a sujeira acumula ou nos deparamos com um foco de lixo. Estamos acostumados a vê-los como parte da paisagem urbana, sempre presentes, mas sem realmente notá-los, sem prestar atenção que são pessoas por trás do uniforme, do carrinho e da vassoura.

No Dia do Gari, ao menos nesse dia, vamos mudar o nosso olhar e a nossa percepção, vamos fazer um exercício e contar com quantos garis nos deparamos nas ruas, vamos tentar lembrar o seu gênero, a sua altura, o seu porte físico, a sua etnia, as suas atitudes em prestar um serviço tão essencial à cidade. No caso do DMLU, atualmente integrante da SURB, várias gerações de famílias tem ajudado a construir a história da limpeza urbana de Porto Alegre. São pais, mães, filhos e netos que desempenham atividades laborais no Departamento e têm orgulho em contar as suas histórias pessoais. Sim, eles estão em todos os lugares, correndo atrás dos caminhões das coletas domiciliares e seletiva, varrendo ruas, fazendo a capina e a roçada de meios-fios e canteiros centrais, lavando monumentos e vias públicas. Lá estão eles, o seu uniforme é fácil de identificar, é visível, eles são o exército cor de laranja, prontos para combater a degradação das cidades, mas será que nós realmente os vemos? Então, no dia 16 de maio, Dia do Gari, eu proponho, como homenagem, que além de verificarmos a sua presença constante e cotidiana, que nós possamos pensar sobre as nossas ações; vamos nos conscientizar da nossa responsabilidade na preservação do ambiente por meio da mudança de atitudes em relação à limpeza urbana. Quais são as nossas ideias e pensamentos sobre o tema? Quais são as nossas atitudes? E, para aproveitar a data, convido a todos para acompanharem as atividades da 12ª Semana Cidade Limpa, que

ocorrerá agora, de 16 a 22 de maio, a fim de sermos cidadãos mais responsáveis e conscientes. As informações estão no *site* da Prefeitura, com a programação.

Parabenizo todos os garis, que ajudam com o seu trabalho a preservar o nosso planeta. Agradeço à Câmara Municipal de Porto Alegre a oportunidade de falar por eles. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

O SR. ANDRÉ CARÚS: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Agradeço a distinção da Mesa Diretora e também do Presidente, Ver. Cassio Trogildo, para que pudesse me manifestar num período de Comunicações de grande importância e que celebra, antecipadamente porque a data é amanhã, mas já inserido na programação da 12ª Edição da Semana Cidade Limpa, o Dia do Gari.

Os verdadeiros agentes da limpeza pública são os garis, e, ao longo do tempo, Porto Alegre foi perpetuando uma tradição de valorização do trabalho da limpeza urbana, que foi, com o avançar das décadas, ganhando em modernidade, em novos equipamentos, e também isso se atribui naturalmente ao perfil das gestões que foram se estabelecendo no âmbito do DMLU. Tive muita honra de dirigir esse Departamento nos últimos quatro anos e comprovar na prática o valor que se deve reconhecer do trabalho desempenhado pelos garis, do trabalho desempenhado pelos servidores do DMLU, nas suas diferentes áreas de atuação, e da importância que se tem de compartilhar responsabilidades na área da limpeza urbana entre o Poder Público e a sociedade. De nada adianta, e nós usávamos um jargão popular, o Poder Público desenvolver todos os esforços possíveis e o orçamento público também fazer diversos sacrifícios para qualificar a operação da limpeza urbana, se não existir uma colaboração por parte da população nesse sentido. Os espaços públicos, as vias públicas, a Cidade de um modo geral precisa da colaboração da sociedade em todos os níveis. E uma cidade limpa não é aquela que mais se limpa, mas, sim, uma cidade que menos se suja, e esta é a compreensão que devemos ter deste processo. E os garis cumprem um papel fundamental nisso, muitas vezes, invisíveis aos nossos olhos, invisíveis aos olhos da coletividade, porque são eles os responsáveis pela conservação e manutenção diária da nossa Cidade, e uma metrópole tem inúmeros desafios nesse sentido. Confesso que tenho ficado muito satisfeito, e acompanho como Vereador, fiscalizo, demando e também sou atendido na mesma intensidade, pelo esforço que vem sendo feito pela Secretaria de Serviços Urbanos e também pelo DMLU, em consolidar esse conceito de compartilhamento de responsabilidades. Os mutirões que já foram realizados, Secretário Ramiro, alguns em muitas praças da nossa Cidade, têm atuado nessa perspectiva. A participação do DMLU em movimentos de organizações da sociedade, que vão na linha

de recuperar e revitalizar de forma sustentável – o Diretor Álvaro, inclusive, tem participado de muitas delas –, e em dois sou testemunha: no Campo do Vermelhão, no bairro Partenon, e também aqui na escadaria da Rua João Manoel com a Rua Fernando Machado, e o Secretário interveio diretamente nisso. Posso dizer a vocês que os incômodos que derivam desta atividade tão complexa, que é a gestão da limpeza urbana em Porto Alegre, são inerentes à função. E a interpretação, muitas vezes, ou a divulgação equivocada que se dá aos incômodos a que nos submetemos não invalidam ou não anulam a importância das ações que nós fazemos em favor da Cidade. Isso vale para o período em que fui gestor, vale para os atuais gestores, e por aqueles que por lá já passaram. Porque, Ver. Moisés, nós contamos com o apoio de muita gente boa, honesta, e que tem plena consciência de que estão ali a serviço da população de Porto Alegre e não a serviço de outros interesses; estão a serviço da limpeza da Cidade de forma sustentável, responsável, que reaproveite aquilo que é o ativo maior de um órgão responsável pela limpeza urbana, que são os resíduos sólidos urbanos, e que muita gente não compreende a importância de seu reaproveitamento, que nada mais é do que um ativo econômico, social e ambiental de inclusão que pode gerar oportunidades de investimentos, de emprego que nós ainda não descobrimos, mas que já foram plantadas sementes nessa direção, e estão sendo construídas outras tantas. Eu tenho certeza que isso não é obra de um governo, de um partido, de uma corrente política, isso é uma obra da Cidade. Todos os gestores, não só os que lá estão, mas os que por ali já passaram, tenho absoluta certeza de que vão levar adiante isso.

Para a conclusão, neste período de Comunicações proposto e aprovado pela Mesa Diretora sobre o Dia do Gari, fica o desafio de qual o papel que esses servidores têm na valorização do trabalho que desempenham, servidores que são do quadro da Prefeitura e também aqueles contratados pelas empresas prestadoras de serviço. A valorização da atividade desempenhada pelos garis se impõe a cada dia, mas nós sabemos que a real valorização não se dá só no campo salarial, não se dá só no campo da concessão de eventuais direitos ou de eventuais gratificações. Nós temos que trabalhar para que os garis sejam reconhecidos pelo povo de Porto Alegre. E o povo de Porto Alegre, efetivamente, irá reconhecer um trabalho tão importante para sociedade como o desempenhado pelos garis à medida que for educado social e ambientalmente para construir – junto com os garis, com os gestores e por aqueles que desejam isso – uma cidade limpa, sustentável e com qualidade de vida. A limpeza pública é feita por todos, e esse é o principal reconhecimento.

Então, é um honra falar aqui em nome da Mesa, também como Vereador da Bancada do PMDB. Tenho certeza que as atividades previstas para a Semana Cidade Limpa, que foi instituída por uma lei municipal no ano de 2006, vão servir para que nós possamos reforçar a consciência de que todos somos responsáveis por uma Porto Alegre limpa, e a nossa responsabilidade transcende e também reflete no trabalho que é executado pelos garis no cotidiano. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Adeli Sell esta com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

O SR. ADELI SELL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É sempre muito bom vê-los aqui nesta data, assim como o conjunto de servidores do Departamento Municipal de Limpeza Urbana. O César eu ainda não incomodei muito, mas os outros eu já incomodei bastante, posso incomodá-lo também.

Senhoras e senhores, em nome do Ver. Marcelo, que me cedeu seu tempo, e do Ver. Oliboni, eu quero dizer que, para nós, é importante esta data não apenas para reverenciar o trabalho dos garis, mas para reverenciar toda uma atividade importante da Administração, que é a limpeza urbana, e que nós precisamos, cada vez mais, na medida em que as cidades crescem, se desenvolvem e que nós, infelizmente, ainda não aprendemos, no Brasil, um processo de melhor aproveitamento dos resíduos. A Cidade acaba se sujando, as pessoas sujam a Cidade, detonam com a Cidade, e qualquer coisa, o problema é a Prefeitura; qualquer coisa, o problema são os servidores; qualquer coisa, é o gari que não faz direito. Não, nós não fazemos direito, nós temos que fazer o tema de casa, a começar pela nossa casa. Vemos muitas vezes a mistura de resíduos aqui dentro, com lei que nós aprovamos. Eu falava há pouco com o Ver. Carús, para fazermos nos próximos dias, quem sabe despachamos isso hoje, uma campanha em que as pessoas tragam o óleo de fritura – temos lei Municipal, temos até bombonas que conseguimos –, fazer uma coisa nossa, em qualquer momento que qualquer um dos senhores da limpeza urbana, do serviço urbano nos pedir para estarmos na rua, nas comunidades, fazendo esse tipo de atividade. Nós entendemos que não é apenas a Administração, é claro que nós vamos cobrar que ela tem que ser azeitada, tem que funcionar, tem que ser dinâmica, tem que ser ousada, mas, da mesma forma, nós temos que ser ousados com a questão dos resíduos, da limpeza urbana. Nós temos que separar, não podemos fazer a mistura de hoje, temos que evoluir, e temos que desafiar o Poder Público Municipal a resolver o problema dos containeres. Chega! Temos que ter dois tipos de containeres, assim como vemos em Caxias. Não sei como, Álvaro; não sei como, Ramiro; não sei como, César; mas temos que resolver. Nós estamos prontos para colaborar. Temos que fazer ajustes, arrumação, mas tem que sobrar uns “pilas” para termos dois tipos de containeres. Nós não podemos mais ter essa mistura que temos hoje. Temos que avançar no sentido dos resíduos de construção, dos resíduos eletrônicos. Eu falava com o Álvaro antes, e parece que já temos um primeiro caminho, e temos que estar juntos, mobilizados, organizados – Poder Público, Câmara de Vereadores, entidades – e temos que qualificar cada vez mais os serviços.

Eu quero chamar a atenção, nós temos um conjunto grande de serviços terceirizados no DMLU. Já lhes disse, e digo novamente: precisamos melhorar; do jeito que está não dá para conciliar. Nós estamos gastando e o retorno tem que ser efetivo. Se tivermos que gastar com horas extras, vamos gastar; se tivermos que romper contratos, temos que ter coragem para isso; se tivermos que fazer novos contratos, fiscalizar mais

e melhor, vamos fazer. Estamos juntos nisso. Portanto, fico feliz em estar aqui e poder dizer: vida profícua, sucesso ao DMLU e aos servidores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Roberto Robaina.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: (Saúda componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer da importância do Dia do Gari, data fundamental a ser lembrada, para que esses trabalhadores que fazem um trabalho imprescindível do ponto de vista da Cidade, da limpeza urbana, da coleta adequada dos resíduos, muito mais do que homenageados, sejam valorizados. Também a questão das condições de trabalho, da infraestrutura, o debate do nosso Departamento Municipal de Limpeza Urbana é preciso ser feito neste momento. Eu digo sempre – todos os anos tem homenagem – que é fundamental tirar da invisibilidade uma profissão tão importante para nossa Cidade e para todas as cidades brasileiras.

Neste dia de homenagem, nós, do PSOL – falo em meu nome, em nome dos Vereadores Roberto Robaina e Prof. Alex Fraga –, gostaríamos de pontuar o verdadeiro quadro de desmonte desses serviços que ocorrem na cidade de Porto Alegre. É um processo que vem sendo construído ao longo dos anos, de terceirização dos nossos serviços. Ao mesmo tempo em que boa parte dos serviços da limpeza urbana são terceirizados, nós temos cooperativas, e os trabalhadores cooperativados recebem baixos salários, não têm muitos direitos trabalhistas, muitas cooperativas não são cooperativas no sentido original da palavra, apenas utilizam o termo cooperativa para não pagar adequadamente os direitos trabalhistas para esses trabalhadores. Nós vimos o processo de desmonte da infraestrutura do DMLU, da perda dos caminhões e de uma série de recursos de infraestrutura que ajudavam em muito nessa coleta. Várias vezes nós fomos com a Câmara em comunidades onde os caminhões das terceirizadas não entram para a fazer a coleta adequada dos resíduos. E temos também os nossos operários padrão II da Prefeitura, que são trabalhadores e trabalhadoras valorosos também e que recebem ainda baixos salários. Fruto de uma greve no ano de 2001, equiparou-se ao salário mínimo, porque os trabalhadores ganhavam menos do que um salário mínimo, trabalhadores fundamentais, e não só na limpeza urbana, também no DEP, no DMAE, em vários órgãos da Prefeitura Municipal que contam com a figura do operário padrão II. E mais do que isso: nós vemos neste momento de crise, embora tenhamos uma divergência profunda com os dados apresentados em relação ao comprometimento com a folha e mesmo com a situação de endividamento do Município, mas evidentemente é um momento de crise nacional em que o fundo de participação dos Municípios diminui, em que há diminuição dos repasses estaduais, que quem tem sido penalizado são justamente os trabalhadores. Não se busca uma lógica de taxar os ricos para poder garantir que a população pobre, a população mais trabalhadora não saia penalizada. Dou o exemplo do atraso dos salários que ocorre em vários

momentos, já aconteceu com os trabalhadores da Cootravipa no início do ano, em fevereiro ou março, os Secretários... e a própria participação dos Vereadores nos processos de paralisação quando a categoria justamente cruzou os braços diante dessa situação. Isso também precisa ser considerado, porque nós, quando falamos no Dia do Gari, temos que homenagear os homens e as mulheres que trabalham nessa função importantíssima na cidade de Porto Alegre e que sofrem com essas condições de trabalho, com a desvalorização do seu trabalho e com a invisibilidade de uma profissão tão importante.

Desejamos e lutaremos por um DMLU forte, com servidores de carreira, com investimento público e que volte a política de educação ambiental, que muito foi desmontada. Isso faz com que boa parte dos nossos resíduos sólidos não seja reaproveitada no Município de Porto Alegre, o que poderia gerar emprego e renda e ter menos impacto no meio ambiente. Se eu não me engano, está em torno de 10%, então tem 90% dos resíduos que começam desde a separação não adequada na casa das pessoas até toda a cadeia de triagem. Nós desejamos a valorização desses órgãos, desses trabalhadores e a busca permanente pela valorização daqueles e daquelas que, no cotidiano, fazem a cidade melhor e que, muitas vezes, são invisibilizados pela imprensa, pelos governos e mesmo pela Câmara de Vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu não poderia deixar de falar, porque sou muito sensível aos temas que tangem o meio ambiente. Fiz uma especialização na área de gestão ambiental e tive o privilégio de poder ter trabalhado, no ano de 2013, na Amazônia, onde vi coisas tristes. Nas cidades onde passei, vi lamentáveis impactos e não poderia deixar de saudar aqui este importante servidor, que é o gari. Eu também gostaria de aproveitar o espaço para falar com aquele telespectador e aquele porto-alegrense, e infelizmente, eu não tenho outra forma de falar, que é aquele porto-alegrense mal-educado, aquele porto-alegrense que joga o papel de bala pela janela do seu carro, que joga a lata de cerveja pela janela do seu carro, a bagana do cigarro e que entope os bueiros e ajuda a entupir muitos bueiros nesta Cidade e que, depois, reclama da falta de limpeza urbana.

Em nome de todos os colegas que se revoltam com a falta de educação – e isso eu quero deixar claro, não tem uma separação socioeconômica, é no Moinhos de Vento, no Centro, em todos os lugares da Cidade, vários porto-alegrenses jogam lixo nas ruas, para depois reclamar da Administração, da Secretaria de Serviços Urbanos, do Departamento Municipal de Limpeza Urbana –, então em nome dos garis que estão aqui, e neste dia alusivo ao gari, em nome dessa fatia da população, olhando para vocês aqui, eu gostaria, em nome dessas pessoas, apesar de não representá-las, em nome da Cidade, eu gostaria de, para cada gari, pedir desculpas pela nossa Cidade ter uma fatia

tão grande de pessoas que jogam lixo nas vias públicas para depois reclamar da Administração. Nós temos que ter maior pertencimento da nossa Cidade, maior educação, porque não adianta a gente falar de meio ambiente e sujar a nossa Cidade. Era isso, Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Tenho muitos amigos garis, fomos criados juntos lá no Extremo-Sul, e tenho o maior orgulho de estar com eles em qualquer lugar. Todos aqui sabem que por 24 anos trabalhei como motorista de ônibus – e me orgulho muito disso –, convivi muito com a situação dos garis no Centro de Porto Alegre. Muitas vezes, eu, com o ônibus lotado, atrasado para chegar ao Centro e retornar, parava um caminhão de lixo na minha frente para a gurizada recolher o lixo, eu atrasado, mas, ao mesmo tempo, eu pensava: “Os guris estão trabalhando, eu não posso ficar aqui buzinando, enchendo a paciência dos caras que estão trabalhando.” Ou então, para, recolhe o caminhão, recolhe os guris e a Cidade continua do jeito que está. Eu parava, graças a Deus, fiz bastante amizade, porque o cara tem que ter respeito com as pessoas de todas as profissões, seja essa ou aquela profissão, o camarada tem que ter respeito. Não é porque o cara está atrasado ou porque vai a uma festa, o gari está ali para pegar o lixo, e o camarada começa a buzinar, como muitas vezes eu via e ficava olhando para o motorista: “Cara, onde é que tu estás com a cabeça?” É verdade, Moisés – eu fazia. “O rapaz está trabalhando para as pessoas de Porto Alegre.” E muitas vezes eu me irritava com isso. Certa vez um primo meu teve que levar um gari para o Pronto Socorro para tomar pontos, porque o rapaz levantou um saco para colocar no caminhão e o saco estava cheio de vidro quebrado. Isso eu falo e não invento. E a pessoa que deixou aquele vidro no saco não apareceu. Meu primo passou nesse momento e levou o rapaz para fazer os pontos. Quer dizer que é uma situação em que os guris trabalham abaixo de mau tempo, é chuva, é vento, e às vezes passam despercebidos, e, com certeza, a gente tem que dar o maior valor para eles, porque, se parar o DMLU, para a Cidade.

Também quero agradecer ao Ver. André Carús, que foi Diretor do DMLU, porque muitas vezes precisei ligar e fui sempre bem atendido. Eu sempre falo aqui, eu não passo por cima de ninguém, a gente tem que trabalhar, a gente cobra, a gente é eleito para isso, por isso estou citando o Ver. André Carús, que era Diretor na época e sempre me deu um ótimo retorno para eu poder ajudar a Cidade.

E hoje estamos aqui, Secretário Ramiro, sei que é difícil a caminhada, Diretor Álvaro, não é fácil para ninguém assumir um departamento, a correria toda. Às vezes nós somos cobrados na rua, pedimos apoio, mas eu sei que é difícil. Até hoje, mesmo com esses poucos meses de DMLU, eu sempre tenho conversado e tenho tido um bom retorno para poder ajudar as comunidades que precisam. E hoje eu quero

deixar um abraço bem apertado para todo o pessoal do DMLU, para os garis, que, eu volto a dizer, foram criados comigo lá no Extremo-Sul, poderia dizer o nome de cada um deles, porque nos criamos juntos e hoje somos amigos para sempre, com todo o respeito ao DMLU, aos garis que cuidam da nossa Cidade.

Outra coisa também que eu tenho que falar, Presidente Cláudio Janta, às vezes as pessoas passam por locais e dizem – eu mesmo estava em uma caminhinha e tive que repreender uma pessoa: “Olha como está isso! O DMLU não vem limpar!” Eu disse para ela: “Não, a senhora está enganada, isso aqui é um cruzamento de lixo, os camaradas vêm de caminhonete, chegam a vir de caminhão aqui para largar o lixo à noite. Se o DMLU limpar hoje, agora, daqui a três horas, a senhora vai passar aqui e vai estar lotado de novo”. Então, como já falou aqui o Vereador que me antecedeu sobre a situação do lixo que as pessoas largam, e agora, no inverno, vem toda a situação dos bueiros, alagamentos na cidade, e nós todos temos que nos ajudar. Eu mesmo, às vezes estou comendo uma bala e penso: vou botar o papel no chão; não, boto no bolso, levo para casa e boto no lixo, porque, se a gente não se unir e trabalhar junto, com certeza, a Cidade não vai para frente. Eu quero deixar um abraço aqui, porque estou falando em meu nome e do Ver. Aírto Ferronato, meu parceiro do PSB. Um grande abraço a todos. Fiquem com Deus. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Primeiro, quero dar as boas-vindas, gostaria de deixar aqui a minha homenagem a esses profissionais importantíssimos para a vida da Cidade, que fazem um trabalho anônimo, mas que garantem a nossa sanidade física e mental, um trabalho essencial para a saúde pública do Município, que são os garis. Fica aqui o reconhecimento que esta Câmara está fazendo, meu e dos eleitores a quem represento. Quero parabenizar o Secretário Ramiro pelo esforço, pelo empenho que tem realizado na construção do bem comum, nesta pasta complexa que ele assumiu. Vamos esperar com paciência as principais questões que estão envolvendo a Cidade.

Mas eu tomei a palavra não apenas para homenagear os garis, Sr. Secretário, mas para comentar algo que acho gravíssimo. Sou professor no único doutorado em direito ambiental do País, que é o Doutorado em Direito Ambiental da Universidade de Caxias do Sul, agora autorizado pelo MEC – éramos Mestrado há anos – e lá dou aula não só de direito ambiental, como também em ética ambiental, que é a minha disciplina principal do doutorado. Discutimos alguns temas importantíssimos, e estou à disposição para colaborar com sua Pasta como Vereador, como intelectual, como professor, de todas as formas que puder. Mas eu quero fazer uma denúncia, que não é novidade, é uma denúncia que eu tenho feito há muito tempo: Porto Alegre tem um crime ambiental continuado de altíssima gravidade, um crime terrível e um passivo ambiental

gigantesco, Ver. Moisés, que é o lixão da Zona Norte, assim conhecido, que fica na cabeceira da pista do nosso aeroporto, ali na Av. Severo Dullius. São milhões de toneladas de lixo, o equivalente a doze andares. Convido o nosso telespectador da TVCâmara para que, quando passar na *freeway*, olhe em direção à cabeceira do aeroporto; verão uma elevação em formato de losango, parece um platô muito verde, coberto de grama, só que aquilo é uma montanha de lixo, Ver. Cláudio Janta. Eu estive lá mais de uma vez, e digo a vocês que escorrem de lá duas sangas de chorume, permanentemente. Não é quando chove, escorrem o tempo inteiro. Lá tem vários respiradouros para poder queimar todo aquele gás que é produzido para que não exploda, é uma bomba na cabeceira do Aeroporto Salgado Filho, que vai impedir a extensão da pista. A concessionária jamais conseguirá ampliar aquela pista se nós – a sociedade, a Prefeitura, e é bem verdade que não vem desta gestão, aquele lixão tem uns 40 anos – não tomarmos uma atitude para resolver esse problema crucial, inclusive para a segurança do nosso aeroporto. Como eu estava falando, Presidente, escorrem daquela montanha de lixo duas sangas de chorume, essas sangas se encontram mais adiante, são despejadas no rio Gravataí, o impacto no rio Gravataí é tão grande que, se você entrar no Google, você vai ver a mancha que esse chorume faz na água do rio, e essa água – discutimos na CUTHAB, Ver. Dr. Goulart, na última reunião, na semana passada – é a água que nós bebemos. Nós bebemos chorume. Precisamos urgentemente mudar, primeiro, a captação da nossa água lá para o rio Jacuí, Secretário, essa é uma reivindicação antiga, vai aumentar em muito a qualidade e a potabilidade da nossa água, inclusive diminuindo custos no tratamento dessa água, e uma outra coisa é tentar uma solução para esse lixão. Nós podemos produzir energia naquele lixão, nós podemos tirar aquele lixo dali sem custo para a própria sociedade ou para o Governo. Então, deixo aqui o meu apelo: que esse lixão da zona norte seja observado com muita atenção e muito carinho. Muito obrigado, parabéns aos garis de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Tarciso Flecha está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mauro Zacher.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu quero cumprimentar o Dia do Gari, cumprimentando a Direção do DMLU e o Secretário. Uma cidade limpa traz outro tipo de visão. Em 2015, eu estive com o diretor e tive acesso aos dias que o caminhão do DMLU passada, o que me possibilitou fazer um informativo (Mostra informativo.), mostrando isso desde os bairros Restinga e Ponta Grossa. Mas como nós, Vereadores, temos direito a poucos informativos, então, a cada três meses, eu fazia uma remessa de informativos e levava num bairro. Por que isso? Porque no Centro, onde eu moro há 15 anos, eu vi uma confusão muito grande: lixo orgânico com lixo seco – isso dificultava muito para as pessoas. Naqueles cestinhos que ficam nas ruas, nas calçadas, tinha lixo seco e lixo orgânico. Os catadores tiravam tudo para buscar o lixo reciclável, e muita gente culpava

a Secretaria por não estar fazendo o trabalho de limpeza, mas aquilo me chamou a atenção e pensei: eu sou um fiscal da Cidade – Vereador nada mais é do que um fiscal da Cidade, e, junto com meu Gabinete, comecei a ir à periferia, a todos os lugares, para mostrar que dias seriam recolhidos o lixo seco e o lixo orgânico. Cada pessoa tem que fazer a sua parte. Todos têm que saber qual é o lixo que vai para o contêiner e qual o que vai para a reciclagem. Assim nós estamos ajudando não só o Governo, mas esta Cidade linda, maravilhosa, que é Porto Alegre, e que vai entrar no rol das cidades mais limpas e bonitas.

Essa minha fala é a favor dos garis, que são os guerreiros; além da limpeza, eles ainda têm que separar. Com um pouquinho mais de sensibilidade e educação, nós podemos ajudar a rua, o bairro, a Cidade em que vivemos. Assim, vamos ter uma Cidade limpa, uma Secretaria de limpeza maravilhosa que vai fazer o seu trabalho. Nós, Vereadores, temos que ajudar, não só a fiscalizar, assim como fiz em 2015 e 2016. Está aqui o informativo dos dias em que passa o lixo em todos os bairros de Porto Alegre. (Mostra o informativo.)

Quero cumprimentar, mais uma vez, os garis. Parabéns pelo dia de vocês, garis, porque sem vocês esta Cidade não seria este cartão postal tão bonito! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

O SR. IDENIR CECCHIM: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu vi muitos caminhões podando árvores, e esse é um serviço que a Cidade pede muito. Eu não sei se quem está fazendo é o DMLU, mas estão fazendo, e espero que isso continue, porque os senhores podem tem certeza de que quando as coisas ocorrem, saem elogios merecidos, e, às vezes, há críticas, mas são muito poucas, Ver. Moisés. Eu estava aqui imaginando se era ainda a Secretaria de Sustentabilidade, e parece que vi o Ver. Wambert Di Lorenzo estar sendo muito cotado nas bases para ser Secretário da Sustentabilidade, mais um Vereador, nosso colega, aqui, que pode estar numa Secretaria e fará muito bem se for para lá; nos sentiremos bem representados aqui na Câmara.

Esse é um serviço, Secretário Ramiro, e eu vejo que todos os Vereadores aqui consideramos muito importante para a Cidade; eu diria que é a Secretaria do dia a dia da Cidade. Não diria varejo pela importância que tem; às vezes, um pequeno conserto em uma calçada, ou uma poda de árvore, parece uma coisa pequena, mas ela é muito grande. Às vezes, tem-se que ligar para o DMLU para pedir: “Olha, tem um container que está atrapalhando a entrada e saída de um senhor, que é meio velhinho e não enxerga” - isso pode ser uma coisa simples para os outros, mas para aquele senhor, que sai de ré da sua garagem, é uma coisa importante tirar o container de perto da garagem. Então, são coisas do dia a dia, mas que representam muito para a grande e esmagadora maioria da população. Sobre a poda de uma árvore, hoje mesmo, lá no

Lindoia, me disseram: “Nós usamos o nosso dinheiro para pintar, para deixar bonito, só que as árvores eu não posso podar senão eu vou ser preso!” Eu disse: “Isso mesmo, não faça; eu vou ligar para o Secretário para ver se ele pode podar aqui, na praça, para ficar mais seguro, porque, até isso tem - às vezes os arbustos ajudam os malandros a ficarem lá por perto”.

Então, eu usei da minha inscrição em Comunicações para dizer isto sobre a importância que tem aqueles serviços para o dia a dia, serviços que parecem pequenos, e eles não são, e não são varejo, eles são individuais, mas importantes para aqueles que precisam desse serviço. Para mim, para o Ver. Wambert, para o Ver. Janta, nós achamos importante a travessia da Av. Dom Pedro II, a trincheira da Av. Anita Garibaldi, mas para aquelas pessoas que precisam da poda de uma árvore é a mesma coisa, uma obra grande e uma obra que parece simples. É mais um incentivo para que se atenda e que se use todas as energias que se têm para atender o dia a dia das pessoas, principalmente aqueles que não têm condições de vir aqui no microfone e pedir, que não têm condições de nem mesmo mandar para o jornal Zero Hora ou para a Rádio Gaúcha ou outro meio de comunicação esses pedidos. São pedidos importantes, e o serviço que a Secretaria presta é importante, todos eles, grandes e pequenos, para que a nossa população veja o serviço da Prefeitura. A Prefeitura precisa atender aqueles que precisam mais e aqueles que menos têm voz, e que, às vezes, conseguem usar da nossa voz da nossa tribuna para fazer esses pedidos. Hoje não tenho nenhum pedido para fazer, apenas dizer da importância que tem esses serviços, todos eles. Por isso, Secretário, Diretor e Secretário Adjunto, os pedidos que chegarem lá, que possam parecer pequenos, todo o esforço que fizerem, tenho certeza, serão bem reconhecidos, não pela grande imprensa, muitas vezes, nem aqui na tribuna, mas para a pessoa que é atendida, isso é muito importante. Obrigado e sucesso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Solicito uma grande salva de palmas em homenagem aos garis. (Palmas.) Muito obrigado, Sr. Ramiro Rosário, Secretário Municipal de Serviços Urbanos; Sr. Álvaro de Azevedo, Diretor-Geral do DMLU; Sr. César Hoffmann, Secretário Adjunto de Serviços Urbanos. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h49min.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta – às 15h50min): Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta, na presidência dos trabalhos; Vereadoras e Vereadores; pessoas que nos assistem, antes de entrar no assunto, gostaria de deixar, em nome da Bancada do Partido Progressista, o

nosso abraço a esses garis, que são extremamente importantes à cidade de Porto Alegre, e que sem os mesmos nós não teríamos uma Cidade limpa, organizada. Mas o que me traz hoje à tribuna é o que tenho acompanhado, de longa data, que é a questão da pichação. Tenho nortado o meu trabalho principalmente porque acredito que a pichação é um ato de vandalismo, um crime, inclusive está especificado na Lei Ambiental. Desde o meu primeiro mandato, em 2005, eu comecei a pesquisar sobre essa questão da pichação, consciente de que é a teoria das janelas quebradas. É tão simples. Se voltamos no tempo - e isso aconteceu na cidade de Nova Iorque -, em que o prefeito Giuliani deixou dois carros na rua, um completamente inteiro, e o outro com a janela quebrada. Ao longo dos dias, o carro que estava com a janela quebrada foi sendo destruído, foram sendo roubadas peças. E quero dizer com isso que uma cidade que tem pichações é um campo aberto para a marginalidade, para o crime, e foi justamente nessa linha, lá em 2006, que apresentei para o Executivo a sugestão de se criar uma linha telefônica, que os cidadãos porto-alegrenses poderiam utilizar para fazer denúncias quando assistissem um ato de vandalismo. E foi com muita alegria que eu vi essa ideia se tornar uma iniciativa do Governo Municipal, na época Governo Fogaça, passando a vigorar o número 153 para onde qualquer pessoa pode ligar e fazer a sua denúncia. A partir do telefonema recebido pela Prefeitura, a Guarda Municipal entra em ação, com o objetivo de flagrar e identificar a autoria desse delito. Depois do Disque-Pichação, eu consegui aprovar, no meu segundo mandato, o Projeto de Lei Complementar nº 009/2013, que alterou o Código de Posturas de Porto Alegre, que passa a obrigar o pichador que destruir o patrimônio público ou o patrimônio privado a não só a pagar os cofres públicos com uma multa, como também custear um profissional tecnicamente habilitado, se o caso de patrimônio público, cultural, devolver aquele bem tal qual como encontrou. O pichador deve reparar o dano eliminando as marcas de pichação e, se for um patrimônio privado, ele deve repintar a edificação. Eu faço esse breve histórico para que os senhores acompanhem que não é de hoje a minha preocupação com a pichação.

Lendo na imprensa, acompanhando as notícias, eu me deparei com o problema em notas como “o problema é que depois que eles são presos”, diz o Subcomandante da Guarda Municipal sobre pichadores. Também “jovem morre eletrocutado ao tentar pichar prédio em Porto Alegre”. Enfim, são sempre as mesmas notícias e muitas notícias que dão a impressão de que esses pichadores não temem nada, eles podem fazer tudo, eles têm turmas que competem entre si, chamadas “bondes”, que cada vez mais sobem em prédios, destruindo a fachada da nossa Cidade.

Então, com isso, eu também resolvi alterar, aumentando a multa da pichação, para que esse pichador, além de todas essas imposições pela lei, ele seja obrigado a pagar um valor maior, tudo para que nós possamos manter a nossa história, a nossa memória, que nada mais é este o objetivo: uma Cidade limpa, uma Cidade com seus valores, com seus monumentos, com seu patrimônio histórico cultural, este é o objetivo do meu trabalho como Vereadora nesses projetos que tenho feito em busca de coibir essa praga que assola a cidade de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Matheus Ayres está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. MATHEUS AYRES: Boa tarde a todos, Presidente Cláudio Janta; Vereadores e Vereadoras; amigos que nos acompanham das galerias e também pela TVCâmara; estimados colegas, hoje, dia 15, nós homenageamos a instituição família, a instituição familiar, hoje é o Dia Internacional da Família, núcleo da sociedade, o lugar onde aprendemos o primeiro sentido do ser comunidade, do ser gente. De tantas reflexões que poderíamos fazer sobre a família, que é o seleiro dos princípios, dos valores que nós cultivamos, gostaria de dirigir essas poucas palavras a todos sobre a expressão um grande sonho. Aliás, nos últimos dias, tenho pensado bastante sobre isso: o grande sonho de uma vida, o grande sonho da minha vida. Qual é o grande sonho da vida? Você poderia se perguntar o que isso tem a ver com a família, ou mesmo com este dia de plenário. Meus amigos, é na família que desenvolvemos o nosso primeiro grande sonho de vida, que pode ser exercer uma profissão, seguir uma vocação, fundar uma empresa, fazer uma grande viagem, constituir a sua própria família, ser um grande líder, enfim, há uma grande quantidade de sonhos que poderia ser aqui citada. Hoje eu gostaria de me dirigir especialmente aos meus colegas Vereadores e Vereadoras, e perguntar-lhes qual é o seu grande sonho? Ver. Moisés Maluco do Bem, qual o grande sonho que te trouxe aqui no primeiro mandato deste ano? Gostaria de saber se aqui, Ver. Aldacir Oliboni, nós estamos compartilhando os nossos sonhos. Ver. Valter Nagelstein, gostaria de saber se o sonho de cada um de vocês tem orientado as suas ações nesta Casa, suas condutas, os seus pareceres nas Comissões. Enfim, um grande sonho, talvez gestado durante o convívio com suas famílias, mas que proferem aqui, que se materializam aqui em cada votação, em cada voto. Infelizmente, o conceito que a população tem da classe política equivale a dizer que muitos políticos não possuem um grande sonho, senão o de se perpetuarem no poder, independentemente daquilo de bom ou ruim que fazem em seus mandatos. Em resumo, estamos acostumados a ver - e não nos surpreendemos com isso a desgraça da má política ou da corrupção rondando todas as vertentes e agremiações partidárias - e aqui ousou apenas citar o meu Partido, o Partido Progressista.

Para estimular esta reflexão, gostaria de compartilhar com todos o meu grande sonho. Ao final da minha vida, gostaria de olhar para trás e reconhecer que fui, de verdade, um agente que transformou quem estava ao meu redor, uma pessoa comum que fez coisas extraordinárias, porque isso é ser extraordinário, fazer do seu ordinário o extraordinário, servindo a todos, ao maior número de pessoas que eu puder. Digo pessoa comum, porque não acredito que a humanidade vai resolver os seus problemas com super-heróis, esse modelo já mostrou que não dá certo. Não podemos errar de novo. Não é assim que as coisas funcionam. Ao invés de um herói na área pública, precisamos é de pessoas boas, juntar gente boa, sonhar grande, praticar a meritocracia, buscar

melhorar sempre, trabalhar duro, ter ética, favorecer um ambiente de educação permanente, criar ambientes de trabalho com menos paredes e mais pontes para o diálogo, reconhecer e estimular os talentos. É assim, colegas Vereadores, que vejo meu grande sonho se realizando.

Aproveitando esta reflexão, partilho que estou celebrando cem dias de mandato e gostaria de compartilhar alguns pontos desses cem dias. Sobre mobilidade, Ver. Valter, iniciamos o cumprimento de uma proposta de campanha, Ver. Goulart: tratar da mobilidade urbana, resgatando um projeto, as instituições e, sobretudo, as pessoas envolvidas no grupo de trabalho do Estudo Hidroviário do Guaíba, já contando com Gustavo Paim, com as Secretários de Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social, parceiras estratégicas; com a SMURB; com a EPTC e, agora, também, Governo Estadual, Ver. Carús. Minha presença é permanente no plenário em respeito aos eleitores que me trouxeram para cá e a toda a população, que, com seus impostos, paga as nossas remunerações. Tenho me dedicado a comparecer e ser assíduo em todas as sessões plenárias. No âmbito da Comissão de Cultura, Educação e Juventude, Ver. Tarciso, nosso Presidente, tenho procurado estar presente, e também a minha equipe, servindo como ponte, por exemplo, entre os organizadores do carnaval, nos eventos culturais, também junto aos professores e às estruturas da Administração Pública.

Nas frentes parlamentares também posso destacar o acompanhamento do trabalho realizado junto a importantes frentes parlamentares instaladas nesta Casa Legislativa: Fretrânsito e Frentur, do Ver. Nedel; Freped, do Ver. Felipe Camozzato; Frente em Defesa do Idoso, do Ver. Alvoní Medina, com diversas atividades marcadas para este nosso mandato; Frente em Defesa do Arroio Dilúvio e também Frente de Recuperação do Centro Histórico; Frente Parlamentar em Defesa da Vida, do Ver. Wambert, e agora também a Frente em Defesa do Orçamento Participativo, do Ver. Adeli Sell.

Sobre os nossos Pedidos de Providências, prezados Colegas, talvez eu possa aqui citar um pouco de nossa atuação em relação aos Pedidos de Providência. E quero agradecer à minha equipe – Gelmara, Eduardo Lorenzetti, Wagner Alcará, Vivian Carneiro, Ananda, Henrique Leites, Andrei Dartora –, e os demais que participam do nosso mandato, pela ajuda que têm nos dado dia a dia. Neste período, já fomos procurados mais de oitenta vezes, chegam a quase um Pedido de Providências por dia; fomos visitados, acompanhados, e dialogamos com o Poder Executivo. Sobre as finanças e a utilização dos recursos públicos, este trabalho descrito, prezados Colegas, é um resumo muito singelo do que fizemos. Nosso trabalho neste período foi feito com o uso necessário da QBM – Quota Básica Mensal, a verba parlamentar que recebemos para prestar nosso serviço público, Ver. Cassiá, sem promessas, mas com o comprometimento de usar o necessário. Já economizamos R\$ 41.200,00 desde fevereiro, quando assumimos aqui na Câmara. E a formação permanente tem ditado o nosso caminhar aqui, considerando que não sabemos tudo, estamos procurando participar não só das frentes de trabalho citadas, mas de momentos de aprendizado e formação, acolhendo cada convite dos senhores e das senhoras aqui deste Plenário. A

propósito, participamos, na semana passada, eu e o Ver. Moisés, do Encontro Nacional dos Observatórios Sociais, o que louvo muito a atuação e que precisa ser implementado em Porto Alegre para que nós, Vereadores, sejamos acompanhados de perto. Nós somos os fiscais da Cidade, mas também precisamos de fiscais do nosso trabalho nesta Casa. Esse encontro aconteceu em Curitiba, e nós fomos apenas eu e meu chefe de gabinete, o Henrique, com os nossos recursos próprios. Também saliento a participação no curso de pós-graduação de Alta Política de dois colaboradores nossos, também com recursos próprios, a Giomara e o Wagner.

Para finalizar, posso dizer que não estou satisfeito com o meu trabalho. Considero, sim, sem falta de humildade ter feito algumas coisas boas, mas estou muito longe de onde quero chegar. As coisas boas que tenho feito: a transparência do mandato; não participar de nenhum tipo de acordo, seja ele político, seja ele por cargos; não ter sequer uma mancha nesses cem dias de mandato, nenhuma mancha imoral, antiética. Muito pelo contrário, escolhendo perder para ganhar. A minha vida não iniciou e não terminará atrás dessa gravata. O que me importa é construir pontes necessárias para ajudar todos, sobretudo os invisíveis de nossa sociedade. Gostaria de dizer que esse sonho grande teve início no meu berço, na família que me gerou, me educou e me deu valores. A família em primeiro lugar. Valores estes que tento repassar para a minha família, pelo exemplo aqui na atuação parlamentar, quando as câmeras estão ligadas ou desligadas. Desejo a todos aqueles que me ouvem e que me veem que cuidem de suas famílias. Só assim nossas ações aqui terão real impacto na vida das pessoas. Talvez só assim nós teremos grandes sonhos. Muito obrigado, Presidente Janta, a todos que nos escutam na Sessão de hoje, que Deus abençoe as famílias.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Matheus, eu quero saudar a sua chegada e dizer que esta Legislatura, sem querer estabelecer comparações com as outras, de fato, brindou-nos com a chegada de novos e, às vezes, nem tão jovens assim Vereadores de bons propósitos, de firmes valores morais. V. Exa., como todos bem sabem, é um bom cristão, alguém que está imbuído dos melhores propósitos e de dignificar a política. Há pouco participei da reunião-almoço do Sindha, onde estavam a Eliane Catanhêde e mais o professor e sociólogo, cujo nome agora me foge, que disse exatamente isso, que precisamos mostrar para a sociedade que está aí fora a resignificação do valor da política. A política é uma arte nobre; a política não é isso que nós temos visto nos noticiosos; a política não é o desvio, não é o conluio, não é o conchavo, não é o benefício próprio; a política, como ensinava Aristóteles, é a arte de poder, através dela, construir a felicidade das pessoas, e V. Exa. chega nesta Casa munido da sua juventude e de todos esses bons propósitos que traz no seu alforje. Então, eu quero lhe desejar, neste período de Grande Expediente, que possa transformar, consubstanciar, plasmar estes seus sonhos em realidade, porque a transformação disso em realidade vai ser a construção daquilo que nós esperamos todos os dias: uma política e uma sociedade melhores. Parabéns pelo seu Grande Expediente.

O SR. MATHEUS AYRES: Obrigado, Valter. Conto com V. Exa. também.

O Sr. Dr. Thiago: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) É difícil falar depois do Ver. Valter, mas eu quero fazer coro às palavras dele. Quero lhe dizer que V. Exa. é uma grande revelação desta Casa, corajosa, com princípios e principalmente uma pessoa que tem se mostrado, nestes primeiros dias, uma pessoa extremamente justa e que busca o entendimento. Parabéns, e é um prazer tê-lo conosco.

O SR. MATHEUS AYRES: Obrigado, Dr. Thiago.

O Sr. Cassiá Carpes: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Matheus, V. Exa. é uma grata surpresa nesta Câmara. Nós temos conversado bastante, e o que falta para ti, quem sabe, é experiência, mas tu tens o caráter, e o caráter supera todas as adversidades. Vai devagar, com paciência. Nós vivemos um momento na política brasileira – e tu tens razão no teu discurso – de muita ganância. Tu és uma pessoa muito religiosa, uma pessoa que compreende essas ações naturalmente, e tenho certeza de que, no decorrer do tempo, vais adquirir experiência, com o teu caráter, ao mesmo tempo, porque não basta ter experiência, porque um político sem caráter com grande experiência é o mal da Nação. Naturalmente, tudo o que tu estás conquistando aqui é degrau a degrau, com muita paciência. Conte com este amigo para que nós possamos dialogar e fazer uma política para o bem de Porto Alegre. Um abraço.

O SR. MATHEUS AYRES: Muito obrigado, Ver. Cassiá Carpes.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Matheus Ayres, como Líder da Bancada Progressista, da qual V. Exa. faz parte, em nome dos Vereadores João Carlos Nedel, Cassiá Carpes e em meu nome, quero registrar que fico muito contente por ver esse entusiasmo todo pela política num momento em que nós acompanhamos, com surpresa e tristeza, tudo o que está acontecendo. Não é porque somos políticos que não temos esse sentimento; muito pelo contrário, eu tenho tristeza e surpresa. Por outro lado, temos que ser esperançosos, porque é o momento da depuração dos maus políticos; nós todos estamos nessa torcida.

Quero, aqui, fazer um registro e dizer a V. Exa., como um conselho, que tenho certeza de que é bem ao seu estilo e só vai ajudar. No dia em que me tornei Vereadora pela primeira vez, neste plenário, quando fiz meu juramento, eu me virei para o meu pai e perguntei a ele qual o conselho que ele me daria para ser uma boa parlamentar. E ele me disse: “Segue as tuas convicções, porque, se tu errares, vais errar por ti e não pelos outros”. Fico muito feliz por contar com a ajuda de V. Exa. na Bancada. Obrigada.

O SR. MATHEUS AYRES: Obrigado, Ver.^a Mônica Leal.

O Sr. Aldacir Oliboni: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Saúdo V. Exa., Ver. Matheus Ayres. Eu estava observando o pronunciamento de V. Exa., que também não deixa de ser uma prestação de contas do mandato, mas principalmente por sua mensagem, seu discurso humanista, capaz de poder dialogar com o cidadão que está nos assistindo e perceber que ainda se tem esperança em dias melhores. Até porque, de uma forma geral, o que está acontecendo acaba rotulando todos os políticos da mesma forma. Não! Existem pessoas que estão construindo uma nova realidade ou também estão muito preocupadas com o que está acontecendo no País. Parabênizo V. Exa. E é por aí: o mundo lá fora tem que ver nos políticos algo que contemple a sua luta, a sua causa e, principalmente, aquilo que é mais sagrado, o retorno do que nós pagamos como impostos em serviços públicos. É isso que nós queremos: uma sociedade mais humanista, capaz de ser mais solidária e, acima de tudo, que defenda os direitos das pessoas e não os retire. Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. MATEUS AYRES: Muito obrigado, Ver. Oliboni. Ainda em tempo, retificando, acabei me esquecendo, mas queria também deixar um abraço muito especial a cada uma e a cada um dos nossos assessores que nos acompanham aqui nesta Casa, nos gabinetes, nos corredores e aqui no plenário, assim como aos meus colegas que trabalham nos diversos setores da Casa, queria parabenizá-los pelo trabalho em prol das pessoas. Um abraço a todos. Deus abençoe as famílias.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Parabéns, Ver. Mateus, seja sempre iluminado nesta tribuna e no seu voto.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver. Cláudio Janta, nosso Vice-Presidente da Casa e hoje presidindo esta Sessão; demais Vereadores e Vereadoras; público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara. Nesses escassos 15 minutos, Ver. Paulo Brum, quero fazer uma fala a respeito de algumas situações da cidade de Porto Alegre. Na quarta-feira passada, Ver. Tarciso, fui convidado, como tenho sido convidado várias vezes, pelo Secretário de Saúde, Sr. Erno, que tem visitado, Ver. João Carlos Nedel, os postos de saúde. Recebi o convite do Secretário para visitar o posto de saúde no Morro dos Sargentos, na Zona Sul de Porto Alegre, e, junto com a minha assessoria, o Assessor Vitorino, fomos até o Morro dos Sargentos fazer a visita àquela Unidade, junto com o Secretário Erno, o Secretário Adjunto Pablo e o Coordenador dos Postos de Saúde, Tiago. Foi importante essa visita. E sei que o Secretário tem feito várias visitas aos postos de saúde, porque sempre recebo convites, não sei se por fazer parte da COSMAM ou se tem convidado todos os Vereadores. Mas foi bastante importante para ver a realidade daquela comunidade. Chegamos lá e deixamos o carro, Ver. Adeli Sell, na parte de baixo, na frente do Quartel, o 3º Batalhão, e subimos caminhando até o posto de saúde para conhecê-lo. A realidade lá é bastante difícil, Ver. Tarciso, pelo

espaço bastante limitado. Soubemos, na conversa com a coordenadora do posto, Sra. Erenice, que existe um terreno ali nas proximidades que já está reservado para a construção de um posto de saúde, mas com a falta de recursos, ainda não foi construído. A gente vê que o posto de saúde tem espaço bastante dificultoso para atender aquela comunidade, e também as dificuldades que eles têm além do espaço pequeno, pois os funcionários do posto - Ver. Dr. Goulart, médico que conhece bem a realidade da saúde municipal - têm que deixar o carro e subir a pé até o posto de saúde, porque não têm onde deixar seus carros. São verdadeiros guerreiros da saúde que atendem lá naquela situação difícil, naquela comunidade, mas que fazem um excelente trabalho, como a gente teve oportunidade de conversar com as pessoas que aguardavam para serem atendidas. Aquela Unidade ficou muito tempo sem médicos, e há poucos dias, dois médicos, que vieram pelo projeto Mais Médicos, estão atendendo naquele posto de saúde. Então a gente vê a dificuldade, mas há vontade do atendimento. O Secretário, de pronto, resolveu o problema daquela Unidade, de um transporte, porque esses coordenadores de postos, atendentes e médicos acabam, muitas vezes, não tendo onde almoçar pela dificuldade de se locomover. Então o Secretário já prometeu resolver esse problema, e também da questão do movimento feito no sábado pelo Posto de Saúde junto à Escola Estadual Custódio de Mello, junto com a diretora Ione, que se colocou à disposição; naquele mesmo dia foi feito um acordo pela vacina da gripe, e a gente acompanhando depois os noticiários, vimos, Ver. Oliboni, que houve dificuldade de vacinação em diversos postos devido ao mau tempo, e naquele posto houve grande número de vacinas. Até é uma sugestão que a gente quer fazer para que seja feito nos demais postos de saúde da Capital: o posto de saúde fez uma espécie de convênio com o diretor da escola, que teria uma festa no sábado em virtude do Dia das Mães. Então fizeram todo um movimento dentro da comunidade, com cartazes espalhados pela comunidade, nos bares, mercadinhos, a comunidade foi até a escola e lá o posto de saúde fez a vacinação. Houve um grande êxito no trabalho executado pelo posto de saúde junto com a escola estadual, que fez esse acordo e utilizou o serviço dentro da escola no dia da apresentação do Dia das Mães, e o resultado foi bastante positivo. Quero parabenizar o posto de saúde pela iniciativa junto com a Escola Estadual Custódio de Mello, que organizou e conseguiu ter êxito num sábado chuvoso, ao contrário de diversos outros postos de saúde, que não tiveram o mesmo êxito. Parabéns pela iniciativa tanto do posto de saúde quanto da escola estadual que se colocaram dessa forma, conseguindo assim êxito na vacinação.

Há muito tempo este Vereador vem tentando para a área da Praça México, no Jardim Leopoldina, junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre - inclusive fiz uma emenda parlamentar, conforme o Orçamento Participativo -, para colocar um equipamento de ginástica. Tentamos, por vários anos, inclusive com uma emenda parlamentar deste Vereador, e nunca tivemos êxito. A partir do ano passado, nós fizemos uma tratativa junto com a Secretaria do Meio Ambiente, e conseguimos concretizar este ano, com a Secretária Ilza: buscamos uma parceria com a construtora MRV, e eles, por uma compensação vegetal, deram uma verba - Ver. João Bosco Vaz, Vereador ligado ao esporte - para colocar equipamentos na Praça México, no Jardim

Leopoldina, que é uma praça utilizada pela comunidade do Rubem Berta, do Costa e Silva, por toda a comunidade do entorno. Então, através dessa parceria da MRV com a Secretaria do Meio Ambiente, com a nossa intervenção junto à Secretaria, foi possível buscar essa compensação vegetal, e conseguimos, então, colocar na Praça México esse equipamento de ginástica que está sendo muito bem utilizado pela comunidade. No dia 4 de maio, conseguimos inaugurar esse equipamento lá na Praça México, com o Prefeito Nelson Marchezan e a comunidade. A comunidade agradece à MRV e também à Secretária Ilza e ao Secretário Kevin – que era Secretário da Sustentabilidade –, pela agilidade do processo ao contemplarem aquela comunidade.

O Sr. Aldacir Oliboni: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Saúdo V. Exa., Ver. Mauro. À medida que V. Exa. estava falando, a gente estava lembrando de várias ações que estão sendo feitas na Comissão de Saúde, da qual V. Exa. também é membro, e da nossa visita ao Parque Chico Mendes. Nós percebemos graves problemas que enfrenta a região norte de Porto Alegre. Isso que V. Exa. traz, com relação a alguns instrumentos públicos, pode possibilitar o uso daquele espaço, isso ajudaria muito. A Comissão de Saúde esteve lá – V. Exa. estava junto conosco – e percebeu a falta de atividades culturais e de outras atividades que possam levar à segurança, como também à manutenção adequada do Parque. Quero dizer que são de extrema importância essas iniciativas, porque elas dialogam com aqueles cidadãos e cidadãs que acabam se utilizando desses espaços públicos que, muitas vezes, ficam abandonados. Lá, inclusive, nós temos uma administração própria, ligada à SMAM, para a qual é preciso dar muita atenção. Parabéns pelo seu trabalho!

O SR. MAURO PINHEIRO: Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. Muito bem lembrado, a nossa Comissão, capitaneada pelo Ver. André Carús, junto com o Ver. Oliboni e demais Vereadores da Comissão, esteve lá no Parque Chico Mendes. Pela primeira vez – não é, Ver. André Carús? –, a Comissão fez uma reunião dentro do Parque Chico Mendes. A comunidade da Zona Norte e dos arredores também saudou pela iniciativa da COSMAM de fazer essa aproximação da comunidade. Tenho certeza de que todos nós, Vereadores da COSMAM, vamos nos empenhar para tentar buscar mais equipamentos e mais condições de trabalho dentro do Parque Chico Mendes. É uma área em que, como disse o Ver. Oliboni, hoje, nós temos uma grande criminalização e só vamos conseguir melhorar ocupando os espaços públicos, com iniciativas, também, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e desta Casa. Serão sempre bem-vindos em qualquer região!

Quero também aproveitar e sair um pouco do tema da saúde. Academia de ginástica também faz parte da saúde, não é, Ver. Oliboni? Então quero sair um pouco dessa área da saúde e falar um pouco sobre o Parlamento Metropolitano. Em 2015, quando Presidente desta Casa, nós construímos junto com os Vereadores e com as presidências da Região Metropolitana, o Parlamento Metropolitano, onde nós discutimos assuntos referentes à Região Metropolitana, que dificilmente são resolvidos, Ver. Valter, sem a participação dos Municípios vizinhos. Assim como o Prefeito hoje

participa de esferas metropolitanas na região dos Prefeitos, nós, Vereadores, construímos, em 2015, o Parlamento Metropolitano. Em 2016, acabamos não tendo uma grande discussão no Parlamento Metropolitano, mas, como Secretário da Mesa Diretora, conversei com o Presidente Cassio Trogildo, que autorizou a retomada do Parlamento Metropolitano. Então na próxima sexta-feira, dia 19 de maio, estaremos retomando os trabalhos do Parlamento Metropolitano para discutir os diversos assuntos pertinentes à Região Metropolitana. Um dos assuntos é a questão do transporte público. Não é mais admissível o ônibus que vem de Alvorada, Gravataí, Viamão, Cachoeirinha entrar em Porto Alegre e ir até o Centro sem poder pegar nenhum passageiro, porque ele é exclusivo daquela cidade. Isso acaba congestionando o trânsito e não traz nenhum benefício para Porto Alegre. Junto com essas cidades, nós temos que buscar uma saída para a integração do transporte público, que pode ser bastante viável e pode reduzir o custo das passagens. Hoje não temos concorrência entre essas passagens, porque o ônibus que vem de Viamão anda mais tempo em Porto Alegre do que lá, e só está impossibilitado de pegar passageiros aqui por leis antigas, que separavam as concessões. A integração será um grande avanço para a Região Metropolitana.

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Aproveitando a sua deixa, creio que podemos discutir com a Mesa Diretora da Casa para abirmos esse debate na Granpal, com vistas à reestruturação do Plano Diretor de Porto Alegre.

O SR. MAURO PINHEIRO: Certo, Ver. Adeli Sell. Já lhe convido para fazer parte do Parlamento Metropolitano para a discussão na próxima sexta-feira, dia 19 de maio, às 10 horas, como convido a todos Vereadoras e Vereadores também da Região Metropolitana que puderem assistir à TVCâmara, para que possamos fazer discussões como esta junto com os Vereadores dessas cidades, para, em conjunto, acharmos uma alternativa para que a passagem do ônibus tenha um preço melhor do que tem hoje. O cálculo da passagem é feito pelo número de passageiros, e conforme diminui o número de passageiros, mais aumenta o preço da passagem, garantindo sempre o lucro das empresas. Nós temos é que buscar uma forma de baratear a passagem para que mais pessoas utilizem o sistema. Essa é uma discussão que queremos travar dentro do Parlamento Metropolitano, de várias outras que nós podemos fazer, que é a integração do transporte metropolitano. Quero buscar o apoio dos demais Vereadores para que a gente possa fazer essa discussão e melhorar o transporte público, porque é muito fácil a gente dizer: “Deixe o seu carro em casa e pegue o transporte público” - quando a gente sabe que o transporte público é caro e é ruim. Então, para que possamos incentivar as pessoas a usarem o transporte público é necessário, sim, um bom transporte público e com um preço justo, que hoje não é o que acontece na cidade de Porto Alegre e na Região Metropolitana. Muito obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores e Vereadoras; Ver. Janta, gostaria de saudar aqui a comunidade da Zona Sul, eu sei que tem uma grande unanimidade, está prevista a votação. Vou fazer uma lembrança, uma chamada aqui ao conjunto dos Vereadores, dos que puderem: eu sei que amanhã nós temos Comissões, mas é uma situação bastante dramática que a cidade de Porto Alegre está vivendo, que é sobre o tema da educação e do conflito com o Prefeito Marchezan e a Secretaria Municipal de Educação. Hoje, durante o dia todo, está a Escola Monte Cristo, lá da Zona Sul, Ver. Tarciso, emblemática das transformações da rede municipal de ensino, fechada pelos pais e mães. Os pais e mães fecharam a escola, e coube ao professor diretor anunciar que a escola terá que adotar a nova rotina, porque o diretor está sendo notificado, recebeu uma advertência; os professores foram avisados que terão falta se não cumprirem quatro horas ao invés de quatro horas e meia. Ao anunciar para a comunidade, a comunidade fechou a escola nos dois turnos, pela manhã e à tarde. A Direção da escola falou comigo e disse que gostaria muito que a SMED fosse lá. Desde de manhã estavam pedindo que a SMED fosse até a escola para dialogar com os pais e mães. A Escola Loureiro da Silva, aqui na Vila Cruzeiro, também está parada. Os pais e mães estão protestando porque, diante da violência na comunidade, a escola está tendo que adotar nova rotina: os alunos ficaram das 7h30min às 8h sem os seus professores, apenas cada um por si, com uma gestão só da direção da escola para alimentar todos juntos, os pequenos, os grandes, os médios, enfim. As comunidades não concordam com a rotina por conta disso, porque não há acompanhamento nos inícios do horário da manhã, tem que sair mais cedo à tarde, porque a ordem é quatro horas, apenas quatro horas de atendimento, porque não há respeito com os calendários escolares aprovados. Mas a minha fala é dizendo que as direções procuraram esta Casa, na quarta-feira passada, as diretoras e diretores fizeram uma contraproposta que aumenta o período de aulas mais do que o Prefeito estava exigindo, aumenta mais do que 70 horas durante o ano letivo, garante quatro horas e meia, vejam a contraproposta -, cede, ou seja, recua, abre mão das quintas-feiras para o Governo dialogar, abre mão da reunião geral e vão prever aulas inclusive no 3º ciclo de português e matemática. A essa contraproposta, o Governo, Ver. Carús, disse não. São quatro horas e não tem diálogo. Então, é agora a hora das comunidades, as comunidades estão indignadas. Amanhã, sei que virão comunidades aqui. O Secretário chamou os professores, e virão as comunidades, porque tem um olhar da comunidade. Quem vai conseguir buscar seus filhos às 17h? Então, há uma contraproposta que é boa para a comunidade, aumenta o tempo do aluno na escola, dá garantia da segurança desde as 7h30min até o meio-dia, e desde as 13h até as 17h30min, 18h, dependendo da escola. E por que dizer não? Por que não dialogar? Por que não construir uma mediação? Essa tarefa ficou para a nossa Casa também, para a Câmara de Vereadores. Quero elogiar o Vereador Líder do Governo, marcou com o Secretário Adriano, por sugestão do Presidente, na próxima quinta-feira, pela manhã, mas estamos tendo crise todos os dias em cada escola que recebe a notícia da imposição

da rotina. Quero agradecer e pedir o apoio do conjunto dos Vereadores para essa mediação.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo Especial.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Vereador Cláudio Janta no exercício da presidência; Ver. Cassio Trogildo, nosso Presidente, e Srs. Vereadores. Eu pedi para fazer agora, embora a gente já esteja indo tarde aqui, porque se não fizesse hoje aqui, de repente passa mais uma semana e já estou há duas semanas para fazer este Relatório de Viagem. Então, quero me dirigir especialmente a nossa Taquigrafia, porque isso faz parte aqui do regramento da Casa, que precisamos fazer esta prestação de contas. Quero dizer, Srs. Vereadores, que estive em Brasília, de 24 a 28 de abril, representando esta Casa no Encontro dos Municípios com Desenvolvimento Sustentável, e estava lá também o Prefeito Nelson Marchezan. Estavam prefeituras e municipalidades do País todo tratando de diversos assuntos que eu vou, sucintamente, tentar reproduzir aos colegas. Nós tratávamos de economia solidária para o desenvolvimento sustentável. Isso tem a ver com microcrédito e outras formas de fazer geração de emprego e renda para comunidades carentes, e especialmente para microempreendedores, Vereadores Mauro Pinheiro e Reginaldo Pujol. Agora estou vendo que um grande banco nacional está entrando no microcrédito, e é importante, devemos saudar isso, porque o sistema financeiro tinha só o que se chama de CDC – Crédito Direto ao Consumidor. A pessoa vai no caixa, já tem um crédito pré-aprovado, passa o seu cartão e tira R\$ 600, R\$ 1 mil de capital de giro. Mas isso não é o microcrédito; o microcrédito é uma linha de crédito especial, que normalmente tem uma figura junto, que se chama agente de crédito, e ele ajuda, ele faz uma espécie de consultoria financeira, de treinamento daquele pequeno empreendedor, visando diminuir a taxa de mortalidade nos micro e pequenos negócios que, segundo dados do SEBRAE, nos quatro primeiros anos de atividade, beiram a 90%. Ou seja, 90% dos negócios morrem nos primeiros quatro anos, entre outras questões, por dificuldades na gestão e por dificuldades financeiras também. Então, é importante dar sustentabilidade para esses pequenos negócios e estimular, e, infelizmente, Porto Alegre hoje não está operando nenhuma linha de microcrédito e é fundamental nós resgatarmos isso. Também se tratou de consórcios públicos e governança metropolitana em contexto de crise. Falou aqui o Ver. Mauro Pinheiro, não sei se os senhores e senhoras sabem, mas 46 mil ônibus chegam todos dias no Centro da cidade de Porto Alegre e saem para Região Metropolitana; 450 mil pessoas vêm da Região Metropolitana todos os dias para Porto Alegre. E 150 mil pessoas saem de Porto Alegre para irem a Unisinos; a Canoas para trabalhar; a Guaíba para trabalhar na celulose; ao Pólo Industrial de Cachoeirinha. Ou seja, há esse enorme fluxo, e quando nós pensarmos em planejamento urbano, nós temos que pensar em planejamento

metropolitano, porque há esse diálogo necessário entre Porto Alegre e as cidades da Região Metropolitana, e se tratou disso.

Garantia de qualidade e acesso universal à saúde, outro grande problema, porque Porto Alegre padece da ambulancioterapia. Nós sabemos que para muitas prefeituras é muito mais fácil contratar uma ambulância, até nesse negócio, Ver. Cássia, de fazer favor, Ver.^a Mônica, para determinadas famílias: bota o paciente ali na ambulância e joga para Porto Alegre, a família fica devedora daquele político porque acha que ele fez um grande favor, quando, na verdade, no sistema de municipalização da saúde, deveríamos estar estimulando os gestores municipais a terem hospitais melhores no Interior da Cidade, para evitar esse tipo de questão que impacta, inclusive, nas estradas, que impacta na acidentalidade, outros tantos problemas que vivenciamos aí.

Segurança hídrica e saneamento, outro tema que é fundamental. A gente fez uma audiência aqui, nesta semana, com o DMAE para tratar da qualidade da água. Por incrível que pareça, ontem estávamos bebendo barro. A minha mulher me disse: “Olha, vou ter que levar as roupas para a lavanderia, porque todas as camisas ficaram amarelas”. Cobramos isso do DMAE, e no dia seguinte a água veio toda barrenta em nossas casas. Então essa é uma outra questão importante a ser tratada.

Por último, o tema que mais me preocupa, na verdade são vários outros temas, mas não há tempo. Mas um dos temas que mais me preocupa e sobre qual me debrucei é que Porto Alegre, infelizmente, vem sucateando, nos últimos 25 anos, e que terminou de sucatear agora – é um apelo que faço ao Governo – foi a desestruturação da Secretaria Municipal de Urbanismo. Há 30 anos, a Secretaria Municipal de Planejamento fazia o planejamento urbano, planejamento viário, planejamento ambiental, planejamento do patrimônio histórico, tudo isso estava dentro da Secretaria do Planejamento. Aí se criou a SMAM, tirou um pedaço para ir lá para SMAM; criou-se a EPTC, tirou o planejamento viário para a EPTC. Mandaram para cultura o patrimônio histórico. Por último, criaram o Escritório de Licenciamento. Porto Alegre perdeu a capacidade de se planejar como cidade, como metrópole. Eu tenho perguntado ao Prefeito: se nós quisermos fazer uma operação urbana consorciada, na modalidade que fez o Rio de Janeiro, no Porto Maravilha, na modalidade que fez São Paulo, a ponte estaiada, é possível fazer? Hoje não é mais. O projeto que nós levamos adiante de revitalização do 4º Distrito morreu numa prateleira e não chegou aqui ainda. Então é um erro crasso que eu tenho apontado, e eu espero que se corrigido; o meu propósito é ajudar a corrigir esse erro, apontando esse equívoco que nós temos cometido aqui. Então reestruturar, refazer o planejamento urbano de uma Cidade é fundamental, isso é tempo de licenciamento e é uma Cidade com mais qualidade de vida. Enfim, isso que foi discutido lá em Brasília, e esta foi a prestação de contas que eu gostaria de fazer aos meus ilustres colegas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores; Vereadoras e Vereadores; público que nos assiste pela TVCâmara; eu venho à tribuna em período de Liderança do meu Partido, o PSOL, para destacar um aspecto da nossa última Sessão, na qual eu dediquei uma parte do tempo de manifestação para falar sobre a questão do transporte público na nossa Cidade. Lá na região da Lomba do Pinheiro existe uma linha – a linha Circular Lomba –, que está também com seus horários comprometidos. Esse ônibus circula pela região para atender exclusivamente às escolas públicas situadas naquela região da nossa Cidade, especificamente para facilitar o traslado dos alunos depois do seu momento de aprendizagem. Infelizmente, não parece ser prioridade do nosso Executivo Municipal nem qualificar transporte público, nem garantir acessibilidade e qualidade de ensino em nossa Cidade. Porque, quanto mais se dificulta o acesso das crianças e dos adolescentes às nossas escolas, menores são as chances de que eles tenham um aproveitamento decente nas suas atividades estudantis. É lógico. A nossa Cidade, nos últimos dois anos, 2015 e 2016, teve mais de 30 mil evasões escolares. De todos os alunos matriculados nas nossas escolas, principalmente nas escolas públicas desta Cidade, 30 mil crianças evadiram, ou seja, não chegaram a concluir os seus estudos – e eu não estou falando em repetência. A nossa Cidade apresenta um alto índice de repetência, principalmente no ensino médio, mas também um altíssimo índice de repetência nas séries finais do ensino fundamental. Isso é alarmante. De acordo com dados trazidos a esta Casa Legislativa, em mais de um momento pelo Juiz Sidinei Brzuska, da Vara de Execuções Criminais do Presídio Central de Porto Alegre, a maior parte dos apenados do Presídio Central evadiu às escolas até a 5ª série do ensino fundamental, não concluíram seus estudos. E o Juiz traz também outros dados para demonstrar a importância que tem a educação na vida de uma criança e de um ser humano. Segundo ele, a cada ano após a 5ª Série que a criança e o adolescente são mantidos nas nossas instituições escolares, pelo simples fato do convívio e dos trabalhos pedagógicos, reduz-se em 10% a chance de ele incidir na criminalidade.

Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, para mim, é muito claro a importância que tem a educação, e, por isso, precisamos viabilizar de todas as maneiras possíveis melhores condições e acesso facilitado para os nossos jovens e crianças às nossas escolas. A restrição do número de viagens, de horários nas tabelas dos nossos ônibus não contribuem para a manutenção dessas crianças dentro dos espaços escolares; muito pelo contrário, prejudica, dificulta. Vou além, até agora falei apenas de crianças e adolescentes, mas os jovens e adultos que também tentam concluir o seu ensino básico nas escolas chamadas de EJA também estão encontrando dificuldades. Os horários noturnos de saída, a partir da 22h30min, são horários de bastante periculosidade, principalmente para o indivíduo que tem que ficar 30 minutos, às vezes até mais, esperando o coletivo para poder se deslocar até a sua residência. A restrição nas tabelas

horárias tende a agravar esse problema, afugentando esses indivíduos dos espaços escolares.

Como professor, há 17 anos, de instituições de ensino, para mim é muito claro que o exemplo também é pedagógico, também é educativo. Se jovens e adultos, pais, irmãos, primos mais velhos continuam a ocupar os bancos escolares, eles servem, sim, de exemplo para as nossas crianças, o exemplo que deve ser seguido de um indivíduo que busca qualificação, que busca o estudo, que busca melhores condições de vida. Nós precisamos valorizar esses exemplos, facilitar a essas pessoas o acesso à educação, e não restringir suas possibilidades, porque, senão, que exemplo nossos jovens terão? O exemplo do crime, o exemplo do tráfico, do assalto, das pessoas que não dão valor à vida. Boa tarde e bom trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo nosso Presidente em exercício, Ver. Cláudio Janta; colegas Vereadores e Vereadoras, público que está aguardando a votação e entrada na Ordem do Dia, cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa Sessão no dia de hoje; inicialmente, antes de entrar no tema que escolhi, do novo pacote do Prefeito Municipal, quero dizer que, lamentavelmente, pela primeira vez em Porto Alegre, o Prefeito retirou o passe livre no dia da vacinação. Lamentavelmente, centenas ou milhares de pessoas não puderam fazer a vacinação porque não havia passe livre. Esperamos que essa atitude seja revista à medida que atinge praticamente as pessoas, as famílias mais pobres.

O Prefeito Marchezan estará, com certeza, nos próximos dias, mandando mais um novo pacote para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Agora, com outro objetivo, praticamente direcionado à privatização de alguns serviços, o que nos deixa muito estarecidos e até indignados. Por exemplo, entregar o Hospital Presidente Vargas para a iniciativa privada. Como ficará aquele serviço que hoje é 100% SUS? Entregaram o Mercado Público à iniciativa privada. Como ficarão as feiras, os comerciantes que ali têm vida própria, a associação que administra os espaços públicos que ora foram concedidos? Vão se sujeitar à proposta dos que vencerem a licitação? Lamentavelmente o Prefeito Marchezan está mostrando para que veio. E não é por acaso que nós, da oposição, temos que cobrar a sua promessa de campanha, porque, na verdade, privatização não estava no calendário dele, a não ser da Carris, se desse prejuízo, ele havia falado. Se a Carris dá prejuízo, pessoal, uma empresa que já foi modelo no nosso País, no nosso Estado, não é porque não tem receita, mas porque não tem gestão, principalmente. E mais do que isso: o Prefeito Marchezan quer entregar para a iniciativa privada a orla do Guaíba. Como ficarão os feirantes, as feiras, aqueles que têm concessão ali aos sábados e domingos? Todos aqueles comerciantes que estão

há muito tempo ali? Enfim, o Prefeito Marchezan vai mandar mais um pacote para a Câmara de Vereadores.

Não foi do seu agrado, por exemplo, o projeto de lei que nós votamos aqui, na quinta-feira passada. Ele surpreendeu quando a base aliada do Governo ou até mesmo os Vereadores independentes votaram para estender o salário, votaram um acréscimo de R\$ 12 mil ou R\$ 13 mil a mais do que ganharia o Vereador ou até aquele que hoje é Secretário mas que está num órgão do Governo. Lamentavelmente há algumas questões que não dialogam com o discurso dele. Ele diz que não tem recursos, mas a base do Governo aqui votou para aumentar o salário não só para os três Secretários, mas para todo o secretariado, para criar um piso não de R\$ 19 mil, mas de R\$ 30 mil. E a imprensa não diz quem votou contra: o Partido dos Trabalhadores, o PSOL e três ou quatro Vereadores da base, porque os demais votaram para aumentar esse piso ou para aumentar esse recurso, essa verba para os Secretários do Município de Porto Alegre.

Então, é lamentável nós fazermos aqui um enorme esforço, tentando, nesse caso, ajudar no sentido de que os recursos sejam bem destinados, como é o caso para a Saúde, mas o Governo não ajuda. Ele procura, na verdade, dizer que os serviços de saúde e outros tantos que preocupam a população, como é o transporte coletivo, entram numa enorme precariedade, mas qual foi a atitude dele? Favoreceu os empresários e cortou o passe livre no dia da vacinação de milhares de porto-alegrenses, lamentavelmente. Nós, que somos da oposição, fazemos uma oposição responsável, capaz de dar uma chacoalhada, seja no Governo, seja naqueles que não pensam, não discutem, não fazem audiência pública, Ver. Alex, e aí estamos vendo um descalabro na nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde. Coincidentemente, aproveito a fala do Ver. Oliboni sobre esta novidade que a Prefeitura apresentou hoje com relação às PPPs que estão sendo planejadas para parabenizar a Prefeitura e a Secretaria de Parcerias Estratégicas pela iniciativa. Inclusive, eu acho que, se a Prefeitura fosse neoliberal como dizem aqui, não seriam só PPPs, viriam também neste pacote uma série de privatizações efetivamente; viria Procempa, viria Carris, viria muito mais do que isso. O Prefeito é do PSDB, não é um Prefeito do Novo. Mas, enfim, quero parabenizar a iniciativa da Prefeitura, que tem coragem de propor estas PPPs na orla, na iluminação pública, no Mercado Público, no Hospital Presidente Vargas, para o Centro Administrativo, enfim. Países modernos fazem isto: eles deixam as ideologias de lado, deixam a velha forma de gerir o Estado de maneira ineficiente de lado e olham para aquilo que é mais benéfico para a população.

Aliás, aproveito o ensejo para falar sobre o Cais do Porto. Muita gente tem discutido; recentemente, teve uma audiência marcada sobre o Cais do Porto, e muita gente diz que ele é nosso e que por isso precisamos ter atenção a essa pauta. Nosso? Eu não lembro de poder entrar no Cais do Porto de Porto Alegre e tomar chimarrão. Eu não lembro do livre o trânsito da população para usufruir aquele espaço. Nosso, de quem? Hoje está restrito a alguns grupos de pessoas, enfim, a pessoas ligadas à burocracia ou ainda em meio ao licenciamento do projeto, que, graças a Deus, agora está avançando, e espero que seja construído de uma vez, para que Porto Alegre tenha, sim, acesso e para que o Cais do Porto seja efetivamente nosso. Aliás, aproveito para dizer que até Leningrado, na extinta União Soviética, tinha um cais do porto mais bonito do que o nosso aqui em Porto Alegre, para vocês verem como estamos atrasados.

Se formos falar sobre o projeto Cais do Porto e sobre essas modernizações, quero aproveitar para falar sobre o Estaleiro Só. O Estaleiro Só foi alvo de algo muito parecido com o que estamos vendo aqui no nosso Cais do Porto: foi alvo de discussões, de audiências públicas, muito debate em torno do assunto e acabou, efetivamente, não saindo do lugar. Hoje, passados quase dez anos, nós vemos em que excelente situação se encontra aquela área do Estaleiro Só. Temos um espaço onde a minoria organizada e barulhenta conseguiu garantir que nada acontecesse naquele espaço, hoje nós temos o prazer e a grande honra de sediar um museu às ervas daninhas aqui em Porto Alegre. Muito obrigado a todos os colegas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro, eu queria fazer um pedido aos meus colegas, e não seria necessário porque todos nós queremos fazer a votação da APP lá da Zona Sul. O Kurtz me ligou ontem pedindo, e eu disse que sou a favor, que ele poderia ficar tranquilo que iremos votar. Vamos fazer um esforço aqui para reunir 19 Vereadores, que é o quórum para entrarmos na Ordem do Dia, para votarmos esse projeto, que é importante.

Aqui nós vimos duas posições bem antagônicas: do Vereador nosso Jesus Cristo, Ver. Aldacir Oliboni, e do Ver. Felipe Camozzato. Eu estava falando com o Ver. Valter Nagelstein que nós queremos fazer a concessão do Porto, só que o Prefeito e o Secretário precisam da LI – Licença de Instalação. Está lá há um ano. O Prefeito está na Prefeitura há quatro meses, mas, em quatro meses, dá. Precisa ter a LI para fazer. Está desde dezembro: dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril! Então, nós temos que fazer o discurso e as atitudes. Tem que ir em cima, não dá só para fazer o discurso aqui. Tem que ir lá, o senhor deve saber que falta a LI, e aí não dá para fazer nada. Mesmo que tenhamos concordado com concessão, tem que dar uma agilizada em uma coisinha muito importante lá na SMAM, que ainda não tem um Secretário. Então é lamentável. Nós temos que fazer com que saia a LI para a empresa poder tocar adiante o projeto,

para ficar bonito tanto o Cais quanto a orla. Imaginem só, vai ser do Centro até as cuias, uma orla linda! Só que não pode ser uma orla de contemplação só, de ficar olhando o pôr do sol, tem que ter atividades. Ali no antigo Cais, aqueles galpões todos têm que ser transformados em uma coisa bonita. Ou querem deixar para os ratos, para os sapos, como está agora durante tantos anos?

E eu vi aqui esse projeto de retirar essa estrutura do aeromóvel, que de aeromóvel não tem mais nada. Agora apareceram as ideias, até a de fazer um jardim suspenso. Mas são 40 anos! O Movimento Viva Gasômetro parece que é um movimento de uma mulher só, porque a cada ano ela vem aqui falar – em todos, são 15 anos, e vou acender a velinha dos 15 anos quando ela vier de novo. Agora ela teve a ideia de plantar uma flor. Por que não teve a ideia antes? Só tem depois! Depois que alguém provoca, tem a ideia. Mas que coisa boa que brotaram ideias depois que nós provocamos isso, que coisa boa! Mas a estrutura está ali. Tem a ideia até de fazer um *high line*, imaginem só! Um metro de largura, um *high line*! Eu acho que não foram olhar lá como é que é um *high line*. Dá até para fazer um acampamento. Tem que olhar bem essas coisas. Tem que dar a ideia e ver se é possível fazer essas coisas. Muito é assim, dando sugestões somente. Tem que ter base, tem que ter certeza, tem que ter estudo, tem que ter projeto e discutir as ideias.

Esse meu projeto está aqui há mais ou menos uns quatro anos. Deu para discutir bastante, ninguém deu bola, achavam que não ia ser votado, faltaram dois votos. Até acho que foi bom não ter aprovado, Ver. Valter, porque deu mais discussão. E tenho certeza de que muitos votos que foram contra agora seriam a favor.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Agora, diz o Ver. João Bosco que vai sair o aeromóvel. (Risos.) Eu não espero tanto não, eu estou satisfeito com a discussão que já está sendo feita, e vamos ver se nós conseguimos fazer a votação logo deste projeto da APP da Zona Sul.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Eu quero dar os parabéns pela mobilização do Sr. Luiz Carlos e da Amoerp em favor deste projeto, ao qual, obviamente, seremos favoráveis, eu e o Ver. Luciano Marcantônio. Mas eu não poderia deixar de vir aqui fazer alguns reparos, Ver. Oliboni, à sua fala. É falácia dizer que houve aumento de salário: não houve aumento de salário com o projeto – nós vamos ter que dizer de novo aqui. Não houve aumento de salário! É uma enganação que estão fazendo com a

população, já ouvi outros Vereadores dizendo isso publicamente. Tem que se informar, tem que ler!

Outra coisa: o PT fala grosso aqui, fala contra, mas se beneficia. Há pessoas do PT, para não dizer Vereadores, que ganham acima do teto! Aí é muito fácil votar contra aqui, Ver. Idenir, mas, na boca do caixa, no Banrisul, recebe acima do teto, somados os vencimentos da Câmara e como município. Eu não me benefico do aumento do teto, a minha remuneração está aí para quem quiser ver, está no Portal Transparência. Se fosse uma questão pessoal, tenho desafetos públicos, como, por exemplo, o ex-Secretário Casartelli, que recebe acima do teto e foi retirado injustamente dele, estou aqui dizendo, foi confiscado injustamente o salário dele, como de outros 50 médicos. Importante ter coerência nas coisas. Veio aqui a CEEE, a FEE, aí o Ver. Oliboni defendeu salários que suplantam o teto; agora, para os municipais, não. Será que os municipais são menos servidores do que os do Estado?

(Aparte antirregimental do Ver. Aldacir Oliboni.)

O SR. DR. THIAGO: Mas não interessa, o senhor já foi Deputado, Ver. Oliboni, está lá na Constituição do Estado, o teto é no Estado do Rio Grande do Sul. O senhor tem que ler a Constituição. Então, para os servidores do Estado, é uma fala; para os servidores da Prefeitura, é outra. Por que essa falta de isonomia? Por que esse preconceito com os servidores da Prefeitura? Nós não aceitamos dizer que os servidores da Prefeitura são incompetentes, a Fazenda Municipal é a terceira em arrecadação no País, e, graças à arrecadação municipal, o Município não está atrasando salários, mesmo que alguns queiram dizer que o Município vai atrasar os salários. Mesmo que alguns queiram dizer isso, não vai atrasar o salário.

Então, eu peço que a gente volte a esse assunto quando vier o veto, se vier o veto, acho que vai ter uma luz que vai, como se diz lá na Restinga, “alumiar” o Prefeito, para que ele não vete esse projeto, porque vai ser um grande erro da sua administração e, principalmente, um ato de injustiça com esses servidores. A gente não está aqui para se beneficiar, mas para beneficiar o conjunto da sociedade e principalmente para não sermos injustos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver. Cassio, nosso Presidente, demais Vereadores e Vereadoras, eu ainda não tive conhecimento, Ver. Felipe, daquelas parcerias público-privadas, acabei olhando só pelas matérias que saíram no jornal, mas quero dizer que a uma delas sou totalmente favorável: a parceria público-privada da orla do Guaíba. Todos falamos muito sobre a orla, que Porto Alegre está de costas para o Guaíba, há muitos anos escuto essa expressão, e até hoje nunca conseguimos modificar

isso. As pessoas viajam pelo mundo inteiro para apreciar orlas menos belas do que a nossa, Ver. Tarciso, e aqui nós não conseguimos avançar no aproveitamento da nossa orla. Sabemos que hoje o Estado como um todo – Federal, Estadual e Municipal – cada vez tem menos potencial financeiro para fazer aquilo que gostaríamos que fosse feito pela nossa orla do Guaíba. Então, sou totalmente favorável a abrir essa discussão de parcerias para que a gente possa aproveitar. Eu já tenho meus 50 anos, Tarciso, e gostaria muito de ainda poder sentar na orla do Guaíba, num restaurante, apreciar, tomar um refresco, Ver. Cassiá, comer um peixe, um camarão, um pastel, e até hoje não conseguimos fazer isso. Nós temos algumas áreas que já estão praticamente privatizadas, em que não se consegue adentrar, o próprio Internacional tem uma área que utiliza, o Grêmio tem outra área que utiliza, e a sociedade como um todo acaba não tendo espaços, os espaços que tem são abertos, não tem onde sentar, não tem onde ficar, onde parar o carro ou a bicicleta.

Então nós temos, sim, que incentivar e buscar uma parceria, mas uma parceria que dê condições de se aproveitar a orla como um todo, para que qualquer pessoa tenha a oportunidade de aproveitar a nossa orla do Guaíba. Muitas vezes eu vejo Vereadores falando que foram para a Argentina, para Puerto Madero; ou eu e o Ver. Valter mesmo, que fomos a Barcelona – não é, Ver. Valter? –, onde tem uma orla maravilhosa, bem aproveitada. Nós, aqui, em Porto Alegre, não conseguimos usar a orla do Guaíba. Então eu sou totalmente favorável a abrir essa discussão sobre como fazer, como buscar parcerias. É claro que todo empresário que for fazer uma construção vai precisar também da sua parte, do seu lucro, que é legítimo, desde que tenha condições de a sociedade, a comunidade, a cidade de Porto Alegre utilizar essa orla. Quem sabe, utilizando melhor a orla, através de uma boa parceria – o Ver. Nedel sempre faz a luta pelo turismo em Porto Alegre –, a gente não possa incentivar até mesmo o turismo da cidade de Porto Alegre utilizando o nosso rio? Sempre se falava no transporte fluvial em Porto Alegre, até foi feita essa linha que liga Porto Alegre a Guaíba, o catamarã, que foi um verdadeiro sucesso. Por que não buscarmos mais condições, mais parcerias para que a gente aproveite não só como transporte, mas também com bons restaurantes e bons locais, aproveitando também o pôr do sol da cidade de Porto Alegre? Então sou totalmente favorável a uma parceria para buscar a melhor utilização da orla.

Também temos essa obra, que já está em andamento, do Governo passado. Espero que fique pronta o mais rápido possível e que, a partir daí, a gente consiga, junto com as parcerias, buscar uma melhor qualidade dentro da nossa orla do Guaíba para podermos também aproveitar o nosso pôr do sol. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiramente, quero dizer aqui que não é chacota, não é lorota, não é

ameaça. Não vai ter dinheiro, Ver. Dr. Thiago! Isso é claro, está nas contas públicas do Município, e a base não votou a favor de nada. Teve vários membros que votaram contra a emenda. Com certeza, nós aprovamos e referendamos o teto que o Prefeito instituiu em Porto Alegre.

Nós também vamos discutir com o Governo sobre vender tudo. Nós queremos o Mercado Público como está a Borges? Não! Antes de falar as coisas, temos que saber como funciona a cidade de Porto Alegre. Por exemplo, o Mercado Público tem um contrato com os permissionários que perdura por mais cinco anos. O que é mais barato: indenizar os permissionários? Não se consegue fazer o PPCI, então vamos rasgar a lei? Os permissionários não conseguem colocar um ar-condicionado! Agora eles são os vilões? Eles são empreendedores; por eles, eles trabalhavam domingo, 24 horas, sete dias por semana! Mas para quem? Porto Alegre já teve Rua 24 horas. Deserta! O exemplo da Europa de rasgar as leis trabalhistas da Inglaterra, que só tem 20 sindicatos! Mas é em toda a Inglaterra, que é do tamanho do Rio Grande do Sul! Vinte sindicatos que atuam nacionalmente na defesa dos metalúrgicos, nacionalmente na defesa dos comerciários, nacionalmente na defesa dos trabalhadores do transporte, nacionalmente na defesa dos trabalhadores da saúde. Esse modelo nós queremos no Brasil! Assim nós teremos somente um sindicato do serviço público, um sindicato dos comerciários, um sindicato dos metalúrgicos, dos rodoviários, dos petroleiros. Aí vamos dizer que no Brasil nós só temos 30 sindicatos. Que beleza! Um país transcontinental só com 30 sindicatos! Agora, trazer o sistema da Europa nem sempre é o melhor! Vamos trazer os salários, os alugueis, o povo da Europa para viver aqui? Então vamos morar na Europa, se aqui é tão ruim!

Vou pegar só o exemplo do Mercado Público de Porto Alegre: ele tem um PPCI que está vencendo agora; também, ele é patrimônio histórico e, além de ter um PPCI que está vencendo agora e de ser um patrimônio histórico, tem uma questão cultural; além disso tudo, ele tem os seus permissionários, que fizeram investimentos de milhões lá dentro. Quem vai indenizar? Quem vai comprar? Mais um *shopping*? Nós já temos 16 *shoppings centers*, protocolamos a abertura de uma CPI para discutir aqui o que fazem com os lojistas dentro dos *shoppings centers*, aí vamos abrir um *shopping* 24 horas para quem? E aí eu entendo, e muito bem, desse negócio de comércio, ainda mais no Centro de Porto Alegre: não funciona depois das 18h, pois não tem segurança, não tem movimento, não tem o que atraia as pessoas. Depois que nós tivermos o que atraia as pessoas, eu tenho certeza, quero dizer para o senhor, de que os próprios lojistas e permissionários vão querer funcionar; agora, primeiro, nós temos que colocar o Centro a funcionar! E não vai ser o Mercado Público que vai desenvolver o Centro de Porto Alegre, assim como não ocorreu com o Shopping Popular de Compras e com a Rua 24 Horas.

É muito simples nós sairmos privatizando e vendendo tudo por incompetência de gestores! A coisa mais fácil do mundo é vender, e aí o grande tigre asiático... A maioria das coisas é do governo, mas a competência é dos gestores. O grande tigre asiático, hoje, manda no mundo inteiro, e até o grande símbolo do capitalismo está nas mãos deles. Hoje as grandes empresas americanas estão nas mãos

do grande tigre asiático. E lá o capital funciona mesmo. Só que lá o capital, muitas vezes, é estatal. Os portos que aqui falam que tem que privatizar, lá, são estatais. E estão nas mãos do grande tigre asiático. Mas são estatais! A maior parte está nas mãos do Estado.

Então, tem que colocar pessoas competentes na gestão pública e não vender! É muito simples entregarmos o que é público para a iniciativa privada, porque os gestores são incompetentes na hora de administrar. Nós temos é que ter competência para gerar e administrar o dinheiro do povo. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 17h18min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. JOÃO BOSCO VAZ (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 035/17, por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. ALDACIR OLIBONI (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 238/14 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 231/16, discutir e votar o PLL nº 031/17, que é a denominação de um logradouro onde já há, aproximadamente, 200 pessoas morando num prédio sem endereço. Então, é importante que essas pessoas sejam contempladas com o seu endereço. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLL nº 035/17.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLL nº 035/17.

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria dos Vereadores Moisés Maluco do Bem e Felipe Camozzato, ao PLL nº 035/17.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria dos Vereadores André Carús e Idenir Cecchim, ao PLCL nº 021/10.

Apregoo o PLL nº 211/11, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, com Veto Total.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2358/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 231/16, de autoria do Ver. Dr. Thiago e do Ver. Luciano Marcantônio, que declara como Área de Preservação Permanente (APP) parcela da propriedade situada na Estrada Retiro da Ponta Grossa, 4102.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- incluído na Ordem do Dia em 17-04-17 por força do art. 81 da LOM;
- discutiram a matéria os Vereadores Prof. Alex Fraga, Airto Ferronato, Mauro Pinheiro, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon e Luciano Marcantônio em 08-05-17;
- adiada a discussão por 2 Sessões em 08-05-17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 231/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 231/16.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, em nome da nossa bancada, não só damos apoio como queremos ver aprovada esta legislação. Já na preparação – começamos agora – do Plano Diretor, que esse tipo de área, esse tipo de preocupação, que esse tipo de organização setorial, regional e microrregional tenha o devido espaço, para que, dentro de uma concepção global, nós tenhamos o melhor Plano Diretor para Cidade. Que tenhamos uma cidade bonita, sustentável, que seja uma cidade para as pessoas. Pelo “sim”, pela aprovação. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 231/16.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, cidadãos e cidadãs que nos assistem nas galerias, principalmente os moradores do bairro Ponta Grossa e os representantes da Associação *de* Moradores da Estrada Retiro da Ponta Grossa, a Amoerp, quero dizer que me sinto honrado – sei que posso falar pelo Dr. Thiago – de ter recebido o Luiz Carlos Borges de Castro e o Sidney de Andrade Emerim em janeiro de 2010, na Prefeitura de Porto Alegre. Eu era Secretário Adjunto de Coordenação Política de Governança Local da Prefeitura de Porto Alegre, onde me apresentaram esse desejo da Associação, dos moradores do bairro. É algo tão nobre, que realmente me motivou a estar ao lado dessas pessoas que visavam preservar uma área ambiental na cidade de Porto Alegre. Claro, nós enxergamos mais, no nosso cotidiano, obras; enxergamos mais, no nosso cotidiano, concretos sendo construídos.

Essa Associação, que eu exalto, teve o êxito de conquistar e preservar uma Área de Preservação Permanente, uma APP, e jamais, nessa área de 28 hectares, poderá ser construída absolutamente nada. Algo que, do ponto de vista ambiental, é de suma importância. Essa área não só do ponto de vista turístico, mas também paisagístico e ecológico é importante ser preservada, ela também funciona como uma bacia hidrográfica, como uma zona de amortecimento evitando enchentes na região. Então, do ponto de vista social, do ponto de vista da preservação da fauna e da flora, do bioma dessa área, também se observando a questão das vidas humanas que estão lá, que sempre são castigadas pelas enchentes quando chove muito na nossa Cidade... Essa área realmente deve ser considerada uma Área de Preservação Permanente.

Eu e o Dr. Thiago temos certeza de que estamos fazendo aquilo que é o melhor para a nossa Cidade, atendendo a luta, o trabalho dessa Associação tão valorosa, que nos trouxe essa demanda na gestão passada. Quero agradecer aos colegas Vereadores e pedir que todos apoiem este projeto, inclusive vocês já se manifestaram, com muito carinho, na quinta-feira passada, aqui na tribuna, favoravelmente a esta causa. Esta causa é de todos e principalmente dos moradores da região do bairro Ponta Grossa. Quero também registrar que esse exemplo nós podemos levar para outras associações, para outras regiões, uma ideia tão valorosa como esta que visa a nossa preservação ambiental. Não posso deixar de citar a Sra. Ivani Teresinha Zorzo, que é a atual Presidente da Associação de Moradores da Estrada Retiro da Ponta Grossa. Muito obrigado por ter nos procurado. Vida longa a essa Área de Preservação Permanente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 231/16.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu renovo as colocações que fiz quando da discussão da matéria na medida em que eu já estava preparado para aprovar esse projeto de lei com louvor, enfatizando a relevância do trabalho feito pelo meu colega de bancada, Ver. Dr. Thiago, e pelo Ver. Luciano Marcantônio, cuja intervenção foi adiar para o dia de hoje, porque ele queria a sua presença neste dia em que nós, certamente, por unanimidade, vamos consagrar uma iniciativa que atinge essa multiplicidade de objetivos, desde a preservação ambiental até a participação comunitária objetiva e efetiva de quem pugnou para que esse acontecimento pudesse se dar com tranquilidade.

Essa área, inclusive, tem uma longa história desde as antenas da Rádio Farroupilha até o momento em que já estava sendo ocupada irregularmente, até com alguma proteção política – a ação comunitária conseguiu resistir, desdobrar essa situação e permitir o avanço que hoje, Ver. Dr. Thiago e Ver. Luciano Marcantônio, a proposição de V. Exas. permite e enseja.

Então, com a maior tranquilidade, quero dizer que me mantive aqui na Sessão do dia de hoje – eu tinha médico marcado para hoje – por dois motivos muito fortes. Eu queria participar da discussão do projeto do Ver. João Bosco Vaz, mas ele adiou para quarta-feira, e eu queria consolidar, reafirmar a minha disposição de amplo apoio a esta proposição, já, inclusive, havia confessado às lideranças do movimento, quando me procuraram, que a Casa não teria alternativa senão o bom senso de, na unanimidade, consagrar este projeto de lei. Tenho certeza e plena convicção de que deve ocorrer dentro de breves momentos. Parabéns a todos, parabéns a Casa pela feitura de uma lei com essa profundidade e com essas consequências. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. CASSIO TROGILDO: O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 231/16.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa tarde, Sr. Presidente, demais Vereadores, senhoras e senhores, pessoal do bairro Ponta Grossa. Já falei na semana passada que, com certeza, vamos ser favoráveis. Falo em meu nome e em nome do Ver. Airto Ferronato, meu parceiro de bancada.

Que bom que a gente pode dar uma alegria para o nosso pessoal da Ponta Grossa. Vejo ali o Sr. Luiz Carlos presente. Eu tenho pensado muito na área do meio ambiente. De uns tempos para cá, mudei algumas das minhas atitudes, porque tenho estudado bastante sobre a área do meio ambiente. Com certeza, a gente tem que aprender, procurar aprender, não dizer que é o dono da verdade e não querer aprender as coisas que se passam no dia a dia. Parabéns, Sr. Luiz Carlos, por essa batalha no nosso bairro Ponta Grossa, que precisa de mais coisas ainda. Muito a gente vem lutando, mas nem sempre a gente consegue realizar as demandas. Nós, unidos com a comunidade, com os demais Vereadores, com todo o respeito aos mais 35 Vereadores, trabalharemos em prol desta comunidade, que precisa muito mais do que este projeto aqui hoje. Quero

dizer que podes contar sempre com o meu apoio, com o meu trabalho. E volto a dizer que nem sempre a gente realiza. A gente fica triste quando não consegue realizar.

Eu convivo no bairro Ponta Grossa, todos sabem que sou de Belém Novo, conheço as pessoas no dia a dia, de conversar, de parar e conversar, conheço as pessoas pelo nome. Sempre tive o maior respeito por vocês como vocês sempre tiveram comigo. Vamos trabalhar sempre unidos, para cada um fazer um pouco. A Ponta Grossa vem crescendo cada vez mais. Conheço a Ponta Grossa quando começaram a ser construídas as casas ali. Às vezes eu falo para as pessoas, e elas pensam assim: “O Paulinho está mentindo”. Eu conheço. O meu falecido pai foi oleiro nas olarias que tinham no bairro Ponta Grossa, as pessoas mais antigas ali sabem, então convivo desde aquela época, tenho muito carinho por vocês. Sempre que a gente puder ajudar estaremos presentes para isso. Volto a dizer: falo em meu nome e em nome do Ver. Airto Ferronato, contem conosco. O nosso voto será favorável. Hoje passaremos a tarde aqui e dormiremos tranquilos à noite.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLCL nº 021/10.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 231/16.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho à tribuna para falar em meu nome e em nome do PSOL, portanto em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Fernanda Melchionna. Votaremos favoravelmente a este projeto com muito orgulho, por mim, em especial, pois, como biólogo de formação, vejo que as áreas de preservação devem ser sempre ampliadas. São estas áreas que vão garantir um futuro mais saudável a todos nós. A saúde se mede principalmente por conta de alguns fatores que são muito subjetivos, como cobertura vegetal, preservação das espécies naturais. Portanto, gostaria de parabenizar o movimento que encabeçou a transformação deste momento em um momento de instituição de uma nova área de preservação permanente aos moradores do local. Parabéns ao grupo que se mobilizou para justamente encabeçar o que hoje nós temos como uma bem provável aprovação por unanimidade desta Casa à nova área de preservação na cidade de Porto Alegre.

Eu gostaria de destacar a importância que é justamente a instituição deste tipo de estabelecimento, que é uma área de proteção ambiental, atualmente através de decreto, e como muitas outras na nossa Cidade tem a função de proteger a diversidade biológica, disciplinar a ocupação do solo e também assegurar sustentabilidade do local. Uma APP tipifica como crime a utilização da área sem a autorização prévia do órgão ambiental competente. Portanto, quaisquer intervenções no local não autorizadas pelos órgãos competentes, incidirá em crime para aqueles que, por acaso do destino, vierem a

impactar o local. Precisamos desta área, assim como de muitas outras. Esperamos que este seja o precursor de outros movimentos que também tomem conta da nossa Cidade, como o Pontal do Arado. A região da Fazenda do Arado também é uma região imprescindível para a preservação dos nossos recursos. É também uma área de mata atlântica residual e deve e precisa ser preservada em nossa Cidade. Um grande abraço a todos. O voto da bancada do PSOL é “sim”. Parabéns aos proponentes, Vereadores Luciano Marcantônio e Dr. Thiago. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 231/16.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; boa tarde, caros amigos da Ponta Grossa. O projeto é extremamente meritório e necessário, pois, como se sabe, as APPs não têm apenas a função de preservar a vegetação ou a biodiversidade, mas têm também uma função ambiental muito mais abrangente, voltada em última instância a proteger espaços de relevante importância para a conservação da qualidade ambiental, como a estabilidade geológica, a proteção do solo, bem como assegurar o bem-estar da população em geral.

Convém ressaltar ainda que o próprio Município de Porto Alegre, através do Decreto nº 19.117, de agosto de 2015, já reconheceu a área da presente proposição como Área de Preservação Permanente. E o art. 225 da nossa Carta Magna traz a ordenação da tutela do meio ambiente, determinando-o como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida do cidadão. Devido a essas características, foi colocada a cargo do Poder Público e da coletividade a sua preservação. Além de estar amparado por vários dispositivos constitucionais, o presente projeto tem guarida em vários artigos da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre.

É importante lembrar que o relator deste projeto foi o Ver. Mendes Ribeiro, que deu a devida celeridade por conta da relevância da pauta. As ações realizadas pelos moradores da Ponta Grossa demonstram que a união, a persistência e, principalmente, a legalidade da ação fazem com que tudo dê certo. Dessa forma, a Bancada do PMDB, em conjunto e toda ela, através dos Vereadores Idenir Cecchim, André Carús, Valter Nagelstein, Mendes Ribeiro e desta Vereadora, será favorável completamente a este projeto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 231/16.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero ser bem breve até porque vocês devem estar loucos para voltar para

suas moradias, já são 17h48min. Quero dizer que vamos votar a favor e lembrar que já existe o decreto do Prefeito, datado do ano passado. Eu não estava aqui.

Este ano, esta lei vem ratificar aquilo que o Prefeito já pensava. É melhor que haja uma lei do que um decreto, porque qualquer administrador, Prefeito pode revogar o decreto; a lei não, só esta Câmara poderá revogá-la – isso traz tranquilidade à comunidade. Eu acho que as comunidades começam a ocupar espaços, e isso é muito importante na sociedade, pois conhecem o seu *habitat* natural, e isso vai ser preservado por vocês. Ninguém vai mexer, ninguém vai se meter lá a explorar uma coisa que é preservação por parte da comunidade. Parabéns a todos vocês. Vai ser uma votação maciça, estamos todos do lado de vocês, pois temos certeza de que a comunidade cuida muito mais do que um administrador, porque ela entende, ela está lá e, automaticamente, cuida do seu *habitat*. Parabéns a vocês. Vamos votar a favor.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 231/16.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero cumprimentar todos da Ponta Grossa, lugar onde trabalhei por dez anos e fui recebido com muito carinho, quando montamos a escolinha lá no Colosso da Lagoa, junto com o Beto, com aquelas crianças, com aquelas famílias maravilhosas. Então, tenho um carinho muito especial lá pela Ponta Grossa. Vendo meus amigos falarem aqui e vendo a luta de vocês, eu fiquei ali a pensar: quando a gente se une e luta por um objetivo, buscando aquela meta que a gente quer, a gente consegue. Isso foi a minha vida como jogador de futebol. Quando nós, no Grêmio, nos uníamos, um olhava para o outro e dizia: “Vamos buscar”, e a gente conquistou muitos títulos importantes para o Brasil, para o Rio Grande do Sul. Então eu quero parabenizar o Ver. Dr. Thiago e o Ver. Luciano Marcantônio por estarem junto com esse povo lutando. Eu conheço a Ponta Grossa e sei da ansiedade desse povo, e aquele é um local maravilhoso e tem que ser preservado. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, eu queria aproveitar, com sua licença, e anunciar a presença da Sra. Beatriz Zamarchi Luchezi, Prefeita de Ibiraiaras, que está aqui com o Secretário Lino. Ibiraiaras, só para os meus colegas saberem, quer dizer em tupi guarani “rainha das matas”. Bem-vinda, Prefeita!

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Seja muito bem-vinda, Prefeita. Agradecemos a sua presença aqui. Tenha uma boa estada conosco!

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 231/16.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver. Cassio Trogildo, demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste das galerias; Ver. João Bosco, eu não vou nem usar todo o meu tempo, só quero cumprimentar a comunidade da Ponta Grossa e dizer que nós acompanhamos a luta de vocês desde a época que aquela área foi ocupada. E vocês, bravamente, lutaram e ajudaram a Cidade a retomar uma área importante para a sustentabilidade da nossa cidade. Contem conosco! Parabéns pelo trabalho de vocês e continuem trabalhando pela Cidade, e, quando precisarem, estamos à disposição.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 231/16.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente e colegas Vereadores, nós vivemos numa das cidades mais lindas do Brasil, que é Porto Alegre, mas, infelizmente, Porto Alegre é uma Cidade de costas para o Guaíba, é uma Cidade que perdeu em muitas situações e em muitos momentos aquele bonde da história, ela parou, em alguns momentos, no tempo. Mas nós temos, em Porto Alegre, uma das zonas rurais mais belas para uma capital, que se encontra ali na Zona Sul. Além disso, Porto Alegre sempre esteve na vanguarda da proteção ao meio ambiente, da sustentabilidade, do cuidado com a natureza. Eu acho que este projeto de hoje, essa proposta, é um grande presente para a Cidade, é um presente maravilhoso para esta Cidade linda que amamos.

E muito brevemente encaminho o nosso voto nesta tarde, que já está se tornando cansativa, mas é o nosso trabalho aqui discutir. Eu quero encaminhar o voto do PROS como favorável ao projeto como um voto, um gesto e uma declaração de amor a Porto Alegre, que tanto queremos bem, que tanto amamos e que é cercada de um verde lindo que a contempla e presenteia. Muito obrigado, Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 231/16, como autor.

O SR. DR. THIAGO: Quero fazer o registro, para ficar nas notas taquigráficas desta Casa, da construção coletiva, Ver. Luciano Marcantônio, que houve neste projeto. Eu passei ali para o Sr. Luiz Carlos e para a comunidade que veio o livro da CEDECONDH do ano passado, do resumo das reuniões, onde essa discussão, que já tinha sido iniciada, foi aprimorada e quero agradecer nominalmente aos Vereadores da Comissão – Alex Fraga, Adeli Sell, José de Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa e Alberto Kopittke –, que ajudaram nos encaminhamentos nossos naquele momento. Quero agradecer ao conjunto das bancadas, ao meu líder, Ver. Reginaldo Pujol, ao Ver. Mendes Ribeiro, que foi o relator do processo e agora está presidente da

CCJ, que teve a sensibilidade de chamar a comunidade para que todos nós, na CCJ, pudéssemos tomar pé do que realmente se tratava.

Esse é um decreto municipal que nós estamos transformando, coletivamente, em lei, em benefício daquela comunidade, em benefício da sustentabilidade da Cidade, evitando invasões oportunistas na região e, sem dúvida nenhuma, fazendo um bem muito grande ao meio ambiente daquela região. Parabéns, Seu Luiz Carlos, da Amoerp, e comunidade da Ponta Grossa – vejo o Seu Paulo ali. Vocês foram fundamentais para que realmente a gente pudesse, com a participação de vocês, chegar neste dia, na tarde de hoje. Muito obrigado, e vamos à aprovação desse importante projeto para a Ponta Grossa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria dos Vereadores Idenir Cecchim e André Carús, à Emenda nº 02 ao PLCL nº 021/10.

Vamos votar o projeto, mas esclareço para todos os que nos acompanham que esta se trata de uma matéria de maioria simples, então este Presidente não vota. Logicamente, se votasse, votaria “sim”, mas o nosso Regimento não permite que o Presidente vote matérias de maioria simples a não ser em caso de empate.

Em votação nominal o PLL nº 231/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, na medida em que o encaminhamento pelo PMDB foi brilhantemente feito pela Ver.^a Comandante Nádia e que não havia tempo, eu gostaria de dizer que votei favoravelmente, na medida em que foi na gestão deste Vereador, sob também um acordo com o Presidente Cassio Trogildo, à época, o Ver. Kevin Krieger, que nós remetemos para cá, para a Câmara de Vereadores, e fizemos votar o projeto de recriação da zona rural de Porto Alegre. A criação dessa APP vem ao encontro também da recriação da zona rural, que foi objeto do nosso trabalho, especialmente da minha gestão à frente do urbanismo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Feito o registro; agradeço, Ver. Valter. Parabenizo todos os moradores da Ponta Grossa, em especial o pessoal da Amoerp, que conduziu brilhantemente esse assunto. Também parabenizo o Ver. Dr. Thiago e o Ver. Luciano, que foram os signatários primeiros do projeto.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0396/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 031/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Abrahão Melnick o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Mil e Trinta e Três, localizado no Bairro Rio Branco.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 11-05-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 031/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. VALTER NAGELSTEIN (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 17h57min): Está encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2579/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 260/16, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que denomina Rua Cláudio Rodrigues Nunes o logradouro não cadastrado conhecido como Rua A – Rua Antonio Avila Nunes –, localizado no Bairro Campo Novo.

PROC. Nº 1308/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 005/17, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no valor total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de Reais) com instituições bancárias mantidas pelos Governos Estadual e Federal.

PROC. Nº 0970/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/17, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede a Comenda Porto do Sol à Sociedade de Ginástica Porto Alegre – Sogipa.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1315/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/17, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que inclui §§ 6º e 7º na Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, dispondo sobre a tramitação de proposições.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h58min.)

* * * * *